



Cardeal Odilo Pedro Scherer, Arcebispo Metropolitano de São Paulo, abençoa fiéis na missa em que cria a Área Missionária Santa Cruz, na Região Episcopal Santana, no domingo, 8

Cardeal Odilo Scherer cria a Área Missionária Santa Cruz na Região Episcopal Santana

Na noite do domingo, 8, a Capela Santa Cruz, no Jardim Francisco Mendes, na zona Norte da capital paulista, esteve lotada de fiéis para a missa em que o Cardeal Odilo Pedro Scherer criou a Área Missionária Santa Cruz, vinculada à Paróquia Nossa Senhora da Piedade, no Decanato São Matias da

Região Santana.

O Arcebispo explicou que a Área Missionária, que poderá se tornar uma paróquia futuramente, permite uma maior proximidade da Igreja com as pessoas, por meio da presença do padre, das pastorais e das celebrações, “para acompanhar o povo e

continuar o trabalho da evangelização, para que a fé seja cultivada e cresça na vida das comunidades e dos bairros”.

Na mesma missa, Dom Odilo apresentou o Padre Lucas Antônio Gobbo Custódio, CR, como Vigário Paroquial da Área Missionária.

Página 8

Editorial

Criados à imagem e semelhança de Deus para viverem em igual dignidade

Página 4

Encontro com o Pastor

A Campanha da Fraternidade não atrapalha a vivência da Quaresma

Página 2

Papa Leão XIV

‘Que cesse o ruído das bombas, se calem as armas e se abra um espaço de diálogo’

Página 16

Subsidiariedade: antídoto ao excesso de poder e força para a sociedade

Esta edição do *Caderno Fé e Cidadania* aponta como este princípio da Doutrina Social da Igreja ajuda a fortalecer iniciativas de superação da pobreza e a construção do bem comum, além de apontar caminhos concretos para o combate ao clientelismo e ao fisiologismo do sistema político. Em linhas gerais, a subsidiariedade consiste em reconhecer que aquilo que as pessoas, famílias e comunidades conseguem realizar por seus próprios meios não deve ser apropriado por governos em níveis superiores, sejam eles da esfera municipal, estadual ou federal.





**CARDEAL
ODILO PEDRO
SCHERER**

Arcebispo
metropolitano
de São Paulo

Onde mora teu irmão?

A fraternidade está novamente em campanha no Brasil. A campanha é promovida pela Igreja Católica, mas interessa a todos, cristãos e não cristãos, crentes e não crentes. Morar dignamente é um direito humano fundamental, assegurado pela Constituição Brasileira, mas está longe de ser efetivado para grande parte da população.

Pensemos nos numerosos moradores de rua, sem teto e sem lar, que perambulam pelas nossas metrópoles, a começar por São Paulo. Pensemos, também, nos milhões de brasileiros que moram em condições absolutamente precárias e inadequadas, em casebres apertados, muitas vezes sem serviços públicos, sem titularidade e sem endereço. Quantos moram em áreas alagáveis ou de risco geológico nas pendências das montanhas e colinas, prontas para virem abaixo com as chuvas fortes de verão, como acontece todos os anos em alguma parte do Brasil.

Quem se faz presente nas periferias extensas de São Paulo, com extensos bairros formados espontaneamente, nos quais faltam até mesmo ruas para a entrada de ambulâncias ou de bombeiros em situações de emergência, é levado a se perguntar: como as pessoas podem morar assim? Muitas vezes, essa situação já se arrasta por décadas e décadas, sem haver sinal de solução. Até quando isso continuará sendo assim? Também no centro da cidade, há muitas situações degradantes, com cortiços em prédios abandonados ou simplesmente ocupados, em que as pessoas acabam sendo exploradas e aviltadas em sua dignidade.

A Campanha da Fraternidade nos leva a perguntar: isso está bem assim? É possível encontrar alguma solução? Com o passar do tempo, nos acostumamos a essa situação humilhante para tantas pessoas e já nem mais nos causa reação ou indignação o fato de haver tantas pessoas morando na rua ou vivendo em moradias absolutamente inadequadas. A quem cabe a responsabilidade de promover o acesso à moradia digna para todos? Certamente o Poder Público é fortemente interpelado diante desse problema social grave. Se a moradia digna é um direito de todos os cidadãos, assim como a saúde, a educação, a segurança pública, então ela deve merecer aten-

ção semelhante de quem tem a missão de assegurar o respeito aos direitos e à dignidade das pessoas.

Evidentemente, ninguém imagine que a questão seja de fácil solução e não será no final da Campanha da Fraternidade que o problema estará resolvido, como por encanto. A Campanha tem primeiro objetivo de levantar a questão e de chamar a atenção sobre ela mediante informações, que levem a uma tomada de consciência sobre esse problema social. Em seguida, a Campanha conclama para a busca de soluções em diversos níveis de competência e ação, para suscitar iniciativas que enfrentem o problema. É muito desejável que, a partir da Campanha da Fraternidade, surjam projetos de leis nas câmaras municipais e assembleias legislativas dos estados com o foco nas questões da moradia digna para a população.

Para muitos cristãos ainda fica a pergunta sobre a relação deste tema com a Quaresma, a preparação para a Páscoa e com a nossa fé e moral. É frequente a queixa de que a Campanha da Fraternidade atrapalha a vivência da Quaresma, desviando o foco dos exercícios quaresmais. Em resposta, é preciso deixar claro que a Campanha da Fraternidade não existe para atrapalhar a vivência da Quaresma; pelo contrário, ela existe para tornar mais

concreta a vivência quaresmal e nossos exercícios de conversão cristã. A Quaresma é um chamado à volta para Deus e à autenticidade de nossa vida cristã, conforme nossas promessas batismais, que consistem na renúncia a Satanás, suas seduções e suas obras, e à adesão firme a Deus mediante a fé verdadeira. Jesus sintetizou a vida cristã no duplo mandamento do amor a Deus e aos irmãos. Nada disso muda e os exercícios quaresmais do jejum, da esmola e da oração continuam sendo recomendados a todos, junto com a conversão sincera dos vícios e a confissão dos pecados, em preparação para a celebração da Páscoa.

A Campanha da Fraternidade deve ser vista como uma ajuda à vivência da Quaresma no que diz respeito à caridade e nos provoca a revermos nossas atitudes diante de questões sociais nas quais, claramente, há falta de caridade, fraternidade e justiça. Nossa fé e a vivência dos mandamentos de Deus não interessam apenas ao foro privado, mas também às nossas relações e responsabilidades sociais, lembrando que somos cidadãos e, como cristãos, temos o dever de contribuir com nossas convicções e nossas ações para tornar o convívio social justo, respeitoso e solidário, especialmente em relação às pessoas mais vulneráveis do convívio social.



SANTA CAROLINA

CHILE 1875

Nascida da inspiração e moldada pelo tempo,
Carolina carrega um legado histórico. Reinventa tradições,
cria novas experiências e desperta sensações únicas.
É ousadia com alma. É o passado que pulsa no presente.

CAROLINA

RESERVA





Beba com moderação.

Dom Manuel Parrado Carral e Dom Pedro Luiz Stringhini celebram 25 anos de episcopado

PADRE WETEMBERG AIRES
ESPECIAL PARA O SÃO PAULO

No sábado, 7, na Paróquia do Divino Espírito Santo, na Diocese de São Miguel Paulista, foi realizada a missa em ação de graças pelos 25 anos de ordenação episcopal de Dom Manuel Parrado Carral, Bispo Emérito desta Diocese, e de Dom Pedro Luiz Stringhini, atual Bispo da Diocese de Mogi das Cruzes. Ambos receberam a ordenação episcopal em 10 de março de 2001 pela imposição das mãos do então Arcebispo de São Paulo, o Cardeal Cláudio Hummes, OFM.

No início da celebração, os jubilandos foram acolhidos por Dom Algacir Munhak, CS, Bispo de São Miguel Paulista. Em seguida, houve a apresentação das biografias de Dom Manuel e de Dom Pedro Luiz, recordando mo-



Dom Algacir Munhak, Dom Manuel Parrado Carral, Cardeal Scherer e Dom Pedro Luiz Stringhini

mentos marcantes de suas trajetórias pastorais e o serviço prestado à Igreja. A Eucaristia foi presidida pelo Cardeal Odilo Pedro Scherer. Na homilia, o Arcebispo Metropolitano de São Paulo destacou o episcopado como uma profunda ligação com Jesus Cristo, o Bom Pastor. Dom Odilo estabeleceu um paralelo entre as leituras

proclamadas na liturgia e a exortação apostólica pós-sinodal *Pastores Dabo Vobis*, de São João Paulo II, ressaltando que o ministério episcopal não representa uma honraria, mas um chamado ao serviço.

O Cardeal enalteceu o trabalho pastoral desenvolvido pelos jubilandos desde o período em que atuaram como

bispos auxiliares de São Paulo e, posteriormente, nas Dioceses de São Miguel Paulista, no caso de Dom Manuel, e de Franca e Mogi das Cruzes, no caso de Dom Pedro Luiz.

Após a comunhão, foi inaugurado o Centro Social Dom Manuel Parrado Carral, iniciativa da Paróquia do Divino Espírito Santo. A placa comemorativa foi abençoada pelo próprio Dom Manuel.

Na sequência, Dom Algacir Munhak entregou aos dois bispos jubilandos um anel episcopal, gesto simbólico de reconhecimento e gratidão pelos anos de dedicação ao ministério episcopal.

Na manhã da terça-feira, 10, na Catedral de Sant'Ana, a Diocese de Mogi das Cruzes celebrou missa em ação de graças pelo jubileu de prata episcopal de Dom Pedro Luiz Stringhini.

Imersão ‘Juntos pela Esperança’ será nos dias 22, 23 e 24

REDAÇÃO
osaopaulo@uol.com.br

A 2ª edição da Imersão Juntos pela Esperança acontecerá de 22 a 24 de março na Casa de Retiro Tagaste, em Parelheiros, na zona Sul da capital paulista. A iniciativa é voltada à formação de lideranças e equipes de organizações sociais ligadas à Igreja, promovendo um espaço de capacitação, reflexão e fortalecimento das redes de colaboração no campo da caridade social.

Idealizada por Lorena Pirolo, da Rede Amparo pela Vida, a imersão conta com o apoio do Vicariato Episcopal para a Caridade Social, da *Caritas Arquidiocesana de São Paulo* e do Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor (Neats) da PUC-SP.

Mais do que um evento pontual, a proposta é oferecer uma experiência formativa e vivencial que integra formação, metodologia participativa, espiritualidade e convivência fraterna. A programação se organiza em torno de três eixos principais:

liderança, cultura organizacional e gestão, buscando fortalecer as organizações que servem às populações mais vulneráveis.

Em sintonia com a Campanha da Fraternidade de 2026, esta edição também chama a atenção para a importância da promoção de moradia digna para todos, ao mesmo tempo em que incentiva a adoção de práticas ecológicas e o compromisso com o cuidado da Casa Comum.

Para mais informações e inscrições, acesse o site: <https://juntospelaesperanca.com.br>.

REUNIÃO COM AS AGREGAÇÕES LAICAIS DA ARQUIDIOCESE



No sábado, 7, no campus Ipiranga da PUC-SP, o Cardeal Odilo Pedro Scherer realizou reunião com os coordenadores e responsáveis das agregações laicais da Arquidiocese de São Paulo – associações de fiéis, movimentos, novas comunidades e outras organizações de leigos.

Atos da Cúria



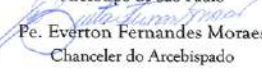
ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO
CÚRIA METROPOLITANA

DECRETO:
CRIAÇÃO DA ÁREA MISSIONÁRIA SANTA CRUZ, NA REGIÃO EPISCOPAL SANTANA, DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO.

“In meam commemorationem” – em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo (cf. Lc. 22,19). Aos que este nosso Decreto virem, paz, bênção e alegria no Senhor! Deus faz ouvir seus apelos de modos diversos, em especial, pela sua palavra na Sagrada Escritura, na Igreja e na voz das circunstâncias. O primeiro sínodo de nossa Arquidiocese, “caminho de comunhão, conversão e renovação missionária”, nos chamou a acolher a voz de Deus nas manifestações de fé da comunidade cada vez mais numerosa de fiéis que se reúne na Paróquia Nossa Senhora da Piedade, na Região Episcopal Santana, da Arquidiocese de São Paulo. Em vista disso, com o intuito de fortalecer ainda mais as atividades pastorais e missionárias, querigmáticas e catequéticas relacionadas ao anúncio de Jesus “Caminho, Verdade e Vida”; de oferecer à comunidade de fiéis a possibilidade de celebrar com maior frequência os Sacramentos e de favorecer a organização das atividades relacionadas ao serviço da caridade, respondendo assim aos apelos do tempo presente à luz da praxis de Jesus Cristo, por este Ato, CRIAMOS A ÁREA MISSIONÁRIA SANTA CRUZ, NA REGIÃO EPISCOPAL SANTANA, DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. A Área Missionária Santa Cruz permanece vinculada à Paróquia Nossa Senhora da Piedade e será constituída pelas comunidades Santa Cruz, Santa Teresinha do Menino Jesus, Santos Arcanjos e Bom Pastor. Revogadas quaisquer disposições em contrário, determinamos que este Decreto entre em vigor no dia 08 de março de 2026. Dado e passado na Cúria Metropolitana de São Paulo, no dia 25 de fevereiro de 2026.



Cardeal Odilo Pedro Scherer
Arcebispo de São Paulo



Pe. Everton Fernandes Moraes
Chanceler do Arcebispado



Prot.: 448/26.

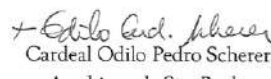
Av. Higienópolis, 890 - SÃO PAULO - CEP 01238-000
T. (+55 11) 3660 3700 - chancelaria@arqui.org.br



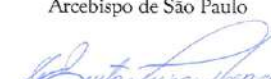
ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO
CÚRIA METROPOLITANA
2026 - 280 ANOS DE CRIAÇÃO DA DIOCESE DE SÃO PAULO.

DECRETO
NOMEAÇÃO E PROVISÃO
DE VIGÁRIO PAROQUIAL

“In meam commemorationem” – em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo (cf. Lc. 22,19). Aos que este nosso Decreto virem, paz, bênção e alegria no Senhor! Tendo criado na data de hoje a Área Missionária Santa Cruz na Paróquia Nossa Senhora da Piedade, Região Episcopal Santana, da Arquidiocese de São Paulo e considerando a necessidade de prover o adequado acompanhamento das atividades pastorais e de oferecer à comunidade de fiéis a possibilidade de celebrar com maior frequência os Sacramentos e ainda favorecer a organização das atividades relacionadas ao serviço da caridade, acolhendo a indicação do Revmo. Pe. Rafael Tadeu Dias Machado, CR, D.D. Prepósito Provincial da Ordem dos Cônegos Regulares – Padres Teatinos, nomeamos “ad nutum episcopi”, o Revmo. PE. LUCAS ANTÔNIO GOBBO CUSTÓDIO, CR, para o ofício de Vigário Paroquial da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, com o encargo específico de promover a assistência religiosa e de coordenar as atividades missionárias e pastorais da recém criada Área Missionária Santa Cruz. Pelo que, o declaramos instituído neste ofício com todos os deveres, faculdades e direitos inerentes ao novo encargo, na forma do Direito Canônico e de acordo com os usos e costumes desta Arquidiocese. Revogadas quaisquer disposições em contrário, determinamos que este Decreto entre em vigor no dia 08 de março de 2026. Dado e passado na Cúria Metropolitana de São Paulo, no dia 28 de fevereiro de 2026.



Cardeal Odilo Pedro Scherer
Arcebispo de São Paulo



Pe. Everton Fernandes Moraes
Chanceler do Arcebispado



Prot.: 449/26.

Av. Higienópolis, 890 - SÃO PAULO - CEP 01238-000
T. (+55 11) 3660 3700 - chancelaria@arqui.org.br

Editorial

A dignidade da mulher na Igreja

No dia 8 de março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Nessa data celebram-se as conquistas sociais, econômicas e políticas alcançadas pelas mulheres ao longo dos séculos. É também uma ocasião oportuna para recordar o modo elevado com que a Igreja sempre as considerou, afirmando desde o princípio a igual dignidade entre homens e mulheres, criados à imagem e semelhança de Deus. Além disso, a própria história da Igreja entrelaça-se profundamente com a presença feminina. Desde o Antigo Testamento encontram-se numerosas mulheres que desempenharam papel decisivo na história da salvação – realidade que culmina na mais perfeita das criaturas, a Virgem Maria.

As origens da estima pelas mulheres possuem fundamento bíblico: Deus, ao criar a mulher, fê-la a partir da costela de Adão. Comentando esse trecho, São Tomás de Aquino explica que isso ocorreu para “significar que entre o homem e a mulher deve haver uma união de sociedade, pois nem a mulher deve dominar o homem, e por isso não foi formada da cabeça; nem deve ser desprezada pelo

homem, como se lhe fosse servilmente submetida, e por isso não foi formada dos pés”. Tal verdade, já presente na ordem da Criação, manifesta-se plenamente na obra da Redenção: em Jesus Cristo “não há homem nem mulher, pois todos sois um em Cristo Jesus” (Gl 3,28).

Essa convicção, porém, não permaneceu apenas no plano das palavras: no decorrer da história, vê-se claramente sua prática concreta. Ainda em vida, Jesus contou entre as mulheres algumas de suas seguidoras mais fiéis. Tal atitude chegava a causar espanto entre muitos de seu tempo. No episódio com a samaritana, por exemplo, São João nos narra que até os discípulos “se admiravam de que estivesse falando com uma mulher” (Jo 4,27). Isso confirma as palavras de São João Paulo II: “Admite-se universalmente – e até por parte de quem se posiciona criticamente diante da mensagem cristã – que Cristo se constituiu, perante os seus contemporâneos, promotor da verdadeira dignidade da mulher e da vocação correspondente a tal dignidade” (*Mulieris dignitatem*, 12).

Tomando Cristo como modelo, tam-

bém a Igreja as defendeu contra abusos e injustiças século após século. Entre os séculos I e IV, opôs-se firmemente ao infanticídio (especialmente o de meninas), ao aborto, à contracepção, à poligamia e ao divórcio, protegendo-as da exploração sexual e do abandono. As viúvas, até então frequentemente marginalizadas, encontravam proteção e acolhimento no seio da Igreja. Depois, especialmente em ordens religiosas, teve papel fundamental na ampliação da educação para mulheres e meninas – algo ainda raro naquele período. Reconheceu as grandes contribuições que santas e intelectuais deram à filosofia, teologia e ciências naturais, como Santa Teresa, Santa Hildegarda de Bingen, Santa Catarina de Sena.

O resultado disso pode ser visto, desde os primórdios, na coragem com que muitas mulheres defenderam sua fé mesmo diante do perigo. Na Paixão de Cristo, foi Verônica quem se arriscou para limpar o rosto ensanguentado de Jesus. Já durante Sua crucificação, São Mateus nos conta que “havia ali, olhando de longe, muitas mulheres que tinham seguido Jesus desde a Galileia, para O servir” (Mt 27,55). Depois, nos primei-

ros séculos da Igreja, diversas foram as santas que desde cedo passaram a gozar da mais alta veneração, conquistada pelo próprio martírio, como Inês, Cecília, Anastácia, entre outras. Além disso, inúmeros historiadores, como Rodney Stark, observam justamente como o Cristianismo cresceu rapidamente porque atraía mulheres em proporção maior que outras religiões, e elas evangelizavam dentro das famílias.

Portanto, que no Dia Internacional da Mulher celebremos alegremente todas as contribuições e conquistas das mulheres ao longo da história. Esse é um dia para recordar que todos somos imagem e semelhança de Deus e, por isso, não há exceção alguma quanto à dignidade que cada pessoa possui. Nesta data, incentivemos todas a buscar em suas vidas, independentemente do estado em que cada uma vive, a amar a Deus e o próximo. Por fim, no caso daqueles ainda hoje marginalizados, lembremo-nos que cabe também a nós acolhê-los, recordando as palavras de Cristo: “Todas as vezes que fizestes isso a um desses irmãos menores, a mim o fizestes” (Mt 25,40).

Opinião

Que a penitência nos fortaleça no combate contra o espírito do mal

ANA LYDIA SAWAYA

A penitência nos dá um presente: sermos fortes contra o espírito do mal; como diz a oração da Quarta-feira de Cinzas. O monaquismo se inicia no deserto, região desolada na qual só existe silêncio e uma vastidão nua coberta de areia. O deserto é um lugar que exige constante vigilância para sobreviver; é quente demais durante o dia e gelado demais durante a noite. Ali, os monges viviam sós, sem nenhuma distração, no vazio completo. A única coisa que podiam fazer é voltar o olhar para dentro de si mesmos e imergir nos seus pensamentos. No despojamento completo, os monges começaram a descobrir a presença dos espíritos maus. Começaram a “vê-los”. Descobriram que eles são oito: gula ou voracidade; luxúria; avareza ou mesquinhez; ira; tristeza; preguiça; vanglória; e soberba (ver o artigo “Os quatro tipos de pensamentos”, publicado no O SÃO PAULO em 16/07/2025).

O tempo de Quaresma nos é particularmente propício e de grande ajuda para combater os espíritos maus que trabalham contra nós e geram infelicidade. Os mestres do monaquismo diziam, seguin-



do as Escrituras, que são três práticas (que eles praticavam ao longo de toda a vida e não só na Quaresma) que nos tornam fortes, ou seja, que nos tornam capazes de permanecer serenos diante das coisas mais terríveis, não perder a paz, a paciência, a mansidão; saber agir sempre com prudência e sabedoria. Coisa difícil!

São três atos simples e não muito difíceis: a *esmola*, que é um modo de agir doando o nosso tempo, as nossas habilidades, os nossos bens materiais para quem precisa de ajuda; a *oração*, que é um modo de pensar por meio do qual nós nos voltamos para Deus para pedir por nós mesmos, pelos outros e pelo mundo, sem deixar de agradecer a Deus

por ser Deus, Senhor e criador de tudo e que nos mostrou em Jesus Cristo ser Deus-conosco; e o *jejum*, que significa ser sóbrio com o próprio corpo no comer, no beber, no exercitar-se, no prazer.

A *esmola*, a *oração* e o *jejum* são as práticas que chamamos de penitência ou sacrifício (sacro-ofício) que significa tornar sagrado e vivido diante de Deus, por Deus e para Deus, o nosso agir, pensar e cuidar do corpo. Ser fortes de acordo com a Bíblia, como diz Jesus nas Bem-aventuranças, é o contrário do que diz o mundo, pois o mundo diz que ser forte é ser violento e dominar, mas a Bíblia nos ensina que é ilusão, pois a violência e o domínio têm curta duração, e tudo – só é uma questão de tempo – terminará em derrota para a pessoa. Ao contrário, para ser fortes para sempre e sobretudo nas situações mais terríveis, é preciso ser manso, ter paz interior, firmeza interior. E essa força se conquista com a penitência. São os mansos que possuíram a terra.

Não percamos o presente que a Quaresma nos dá.

**Ana Lydia Sawaya é monja beneditina camaldolense do Mosteiro da Encarnação, Mogi das Cruzes, São Paulo. Foi professora da UNIFESP, com doutorado em Nutrição na Universidade de Cambridge, e pesquisadora visitante do MIT.*

Comportamento

A rede social, o veneno e o antídoto

LUIZ VIANNA

Semana passada, fomos chamados para falar para um grupo de pais sobre a educação dos filhos e as redes sociais.

O tema não é novo, mas não há consensos. A quantidade de vídeos alarmistas de “especialistas” sobre os infinitos perigos, em centenas de locais da internet, jogos e sites tem aumentado muito.

Mas vale lembrar que: “*Nem sempre, quem avisa, amigo é!*”. Muitas vezes, o próprio alarde é uma forma de conseguir curtidas e seguidores, sem qualquer compromisso ou interesse pelas crianças.

Com tudo isso, encontramos pais em pânico. É difícil entender o que está acontecendo, e impossível administrar e controlar tantas coisas, tantas brechas.

A partir da década de 1990, apreensivos com os “perigos do mundo”, os pais foram levados a uma decisão marcante e que afetou a história: “As crianças não podem mais brincar na rua nem se divertirem sem a supervisão de um adulto.” Praticamente todos os pais concordam com isso.

O temor dos pais, aos poucos, se tornou uma superproteção doentia. Com a conveniente chegada dos

smartphones, aquele telefone que faz centenas de coisas, inclusive ligar para outra pessoa, o cenário estava montado. Os dispositivos se tornaram como que “chupetas virtuais” e “babás e eletrônicas”, e sem ressalvas foram entregues às crianças para que os pais pudessem ter alguma paz.

Como consequência, hoje cerca de 40% das crianças de 2 anos nos Estados Unidos possuem o seu próprio iPad.

As empresas de tecnologia, como seria de se esperar, não perderam tempo e aproveitaram o cenário para ganhar muito dinheiro enquanto os papais ficavam tranquilos.

Hoje, os jovens acumulam depressões, tristeza e casos de desejos de automutilação ou suicídio, e essa conta está voltando para a sociedade pagar. E nós estamos, de certa forma, atônitos e passivos diante dessa ameaça. Mas é preciso reagir, e rápido.

Apresentamos aos pais a nossa visão: as redes sociais não são o problema, o problema é como estamos educando os nossos filhos. Muitos deles passarão a infância sem subir em uma árvore, machucar o braço ou ralar os joelhos.

Tudo foi feito para que nada dê errado para as crianças. Olhemos os brinquedões que temos em nossos

prédios: parecem um aparelho de reabilitação no qual não há riscos, não há medo de cair, não há como burlar o percurso.

Tornamo-nos superprotetores para as coisas reais e deixamos nossos filhos absolutamente soltos e sem controle na terra do inimigo digital.

Estamos agindo de forma equivocada para o veneno das redes sociais: não se trata de dosagem, mas de antídoto. O que estamos fazendo é controlar o quanto nossos filhos conseguem absorver sem serem infectados por completo.

O antídoto que nossos filhos mais precisam é a família, a atenção e o amor dos pais e a fé em Deus. Ah sim, sem Ele será impossível vencer essa luta desigual. E Ele nos ajudará.

Lembro da passagem de Marcos que diz “e eles beberão veneno, e isso não lhes fará mal”. Sei que o assunto ali era outro, mas me serve de consolo.

Que Deus nos ajude a sermos o que Ele espera, à sombra do Altíssimo e que, ao final, possamos ser contemplados com a coroa da vida eterna.

**Luiz Vianna é engenheiro, pós-graduado em marketing e CEO da Mult-Connect, uma empresa de tecnologia. Autor dos livros “Preparado para vencer” e “Social Transformation e seu impacto nos negócios”; é também músico e pai de três filhos.*

Você Pergunta

A Confissão sacramental só deve ser realizada no confessionário?

PADRE CIDO PEREIRA
osaopaulo@uol.com.br

A Maria José, de Itapeverica da Serra (SP), me escreve querendo saber por que em muitas paróquias não existe mais a “casinha do confessionário”, e se a Confissão pode ser feita mesmo assim nestes casos.

Minha irmã, pode ser que uma paróquia não tenha mais o confessionário, mas a obrigação do cristão em se confessar não mudou. E eu entendo que em qualquer lugar pode ser atendida a Confissão sacramental, desde que haja um padre disposto para atendê-la. Eu, pessoalmente, não deixo para depois: se alguma pessoa me pergunta quando poderá se encontrar-se comigo para se confessar, eu respondo: “Agora!” Pode sentar-se.

O confessionário clássico, aquele móvel em cujo interior se senta o padre, e do lado de fora o penitente se ajoelha, ainda existe em muitas paróquias. Em outras, há um lugar reservado, como uma sala, para que o padre ouça as confissões, absolva os penitentes e oriente-os, dando-lhes uma penitência ou uma satisfação que os ajudará a corrigir as consequências do pecado.

Mais do que o lugar, portanto, importa a Confissão, importa o desejo de se reconciliar com Deus, importa a experiência de ser perdoado e o desejo de uma vida nova.

Claro que se faz necessário facilitar sempre mais ao fiel a possibilidade de se confessar, de receber o perdão, de ouvir uma palavra boa que o recoloca no caminho da fé, da esperança e do amor. Que o sol não se ponha sem que tenhamos pedido perdão a Deus! Que o pecado não permaneça nos prejudicando se podemos pedir perdão e ser perdoados pelo sacerdote que, na pessoa do Cristo, nos reconcilia com Deus.

Espiritualidade

Quaresma: uma viagem de regresso a Deus



DOM CARLOS SILVA, OFM Cap.
BISPO AUXILIAR DA
ARQUIDIOCESE NA
REGIÃO BRASILÂNDIA

A cada ano, a Igreja nos oferece a Quaresma como um tempo de graça e de renovação espiritual. Inspirado nos 40 dias de Jesus no deserto, este período nos convida a percorrer um verdadeiro caminho interior. Mais do que práticas externas, trata-se de redescobrir o essencial da fé e recolocar Deus no centro da vida. Como recordava o Papa Francisco, a Quaresma é “uma viagem de regresso a Deus”, expressão que ilumina todo o caminho quaresmal.

Regressar a Deus significa reconhecer que, muitas vezes, Dele nos afastamos em meio às preocupações cotidianas, ao egoísmo e à indiferença. A Quaresma surge como um convite mi-

sericordioso a retornar ao coração do Pai, sempre aberto a acolher seus filhos.

Esse retorno passa também pelo encontro com os desertos da humanidade. O deserto bíblico simboliza as fragilidades, sofrimentos e provações presentes no mundo e em nossa própria história. Por isso, a espiritualidade quaresmal possui uma dimensão social: somos chamados não apenas à conversão pessoal, mas também a olhar com compaixão para as dores do nosso tempo.

Em sua primeira mensagem quaresmal, o Papa Leão XIV recorda que este é o tempo favorável para recolocar o mistério de Deus no centro da existência, permitindo que a fé recupere vigor em meio às distrações do cotidiano.

Mas como realizar isso de forma concreta? O Papa aponta dois caminhos fundamentais: a escuta e o jejum.

Somos chamados à escuta. Dar lugar à Palavra de Deus é essencial para quem deseja retomar a própria vida espiritual. Escutar é mais do que ouvir; é abrir o coração e permitir que Deus fale à nossa existência. A disponibilidade para escutar é também o primeiro sinal de quem deseja entrar em verdadeira relação com

o outro. Em um mundo marcado por tantas vozes e ruídos, redescobrir o silêncio e a escuta se torna um gesto profundamente espiritual.

Outro caminho proposto é o jejum. O jejum não se reduz a uma prática externa, mas revela aquilo de que realmente temos fome e o que consideramos essencial para nossa vida. Ele nos ajuda a discernir e ordenar os nossos desejos, mantendo viva a fome e a sede de justiça. Assim, o jejum nos educa espiritualmente e nos conduz a uma atitude de responsabilidade para com o próximo.

A Quaresma é também um caminho comunitário. Caminhamos juntos como Igreja, em nossas paróquias, famílias e comunidades, recordando que a conversão não nasce apenas do esforço humano, mas é obra da graça de Deus que nos transforma.

Nesse horizonte, a Campanha da Fraternidade convida a refletir sobre a realidade da moradia em nosso País, aproximando-nos da Doutrina Social da Igreja e das situações de exclusão que atingem tantas famílias. A experiência quaresmal torna-se, assim, apelo con-

creto à solidariedade e ao compromisso com a dignidade humana.

O Papa também recorda a importância do cuidado com a linguagem. Somos convidados a jejuar das palavras que ferem e dividem, aprendendo a construir pontes por meio do respeito, da escuta e da caridade. Em um tempo marcado por divisões e julgamentos, somos chamados a jejuar também das palavras que ferem. Palavras podem construir ou destruir, aproximar ou afastar. Viver a Quaresma significa aprender a desarmar a linguagem, renunciando ao julgamento precipitado e ao hábito de falar mal do outro. Trata-se de uma conversão que passa pelo coração e pela forma como nos relacionamos.

A Quaresma não é um tempo de tristeza, mas de recomeço. Deus não nos chama para a condenação, e sim para a renovação.

Caminhar na Quaresma é preparar o coração para a Páscoa, permitindo que a graça de Deus transforme nossa vida. Que este tempo seja, para todos nós, uma verdadeira viagem de regresso a Deus, marcada pela misericórdia, pela reconciliação e pela esperança.

Rede Amparo pela Vida celebra resultados de 2025 e renova mobilização solidária



Luciney Martins/OSAOPAULO

REDAÇÃO
osaopaulo@uol.com.br

A Associação Amparo Maternal realizou no sábado, 7, no salão da Catedral da Sé, o lançamento da 4ª edição da revista *Amparo pela Vida*, publicação que apresenta reflexões, dados e experiências relacionadas ao trabalho de promoção e defesa da vida desenvolvido pela instituição e pela Rede Amparo pela Vida. O evento reuniu colaboradores, voluntários, benfeitores, ex-acolhidas e parceiros da obra social, em um momento de partilha de resultados e de mobilização em torno das iniciativas da entidade.

Produtida anualmente, a revista busca ampliar o diálogo com organizações do terceiro setor, agentes sociais e pessoas interessadas na promoção da dignidade humana, reunindo artigos de especialistas, relatos de experiências e informações sobre projetos sociais ligados à missão da Rede Amparo pela Vida.

Segundo Lorena Pirolo, diretora-presidente da Associação Amparo Maternal, a publicação pretende fortalecer o conhecimento e a articulação entre iniciativas inspiradas pelos princípios da solidariedade, da fraternidade e da fé cristã. “O leitor vai também acompanhar as realizações da campanha Amparo pela Vida de 2025 e nosso compromisso de resultados para

2026, com detalhes que buscam fortalecer a transparência, bem como o reconhecimento e agradecimento a todas as pessoas e instituições que contribuíram com recursos financeiros, materiais e humanos”, explicou.

DESTAQUES

Um dos destaques da nova edição é a apresentação dos resultados da campanha Amparo pela Vida 2025, que mobilizou doações e parcerias para apoiar ações sociais voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade. Entre os números apresentados estão o acolhimento de 120 famílias, a oferta de 62.783 refeições, a distribuição de 212.948 fraldas descartáveis e a entrega de 1.250 cestas básicas, além da realização de 13.088 atendimentos multidisciplinares e 4.255 atividades socioeducativas.

A revista também evidencia o impacto do trabalho realizado pelo Amparo Maternal, instituição que há mais de oito décadas acolhe gestantes e mães em situação de vulnerabilidade social, oferecendo abrigo, alimentação, acompanhamento profissional e apoio para a reconstrução da autonomia das famílias. O atendimento funciona de forma permanente, com acolhimento 24 horas por dia, além de atividades de capacitação profissional e acompanhamento individualizado em

articulação com políticas públicas.

Outro ponto destacado na publicação é o papel da Rede Amparo pela Vida, iniciativa criada para promover e fortalecer projetos sociais ligados à promoção da vida em suas diversas fases. A rede busca articular paróquias, organizações da sociedade civil, poder público e iniciativa privada para ampliar o impacto das ações de caridade organizada, oferecendo também suporte técnico, formação e estratégias de captação de recursos para instituições parceiras.

Ao longo de 2025, a Rede Amparo pela Vida também promoveu iniciativas voltadas à formação e articulação do terceiro setor, como o Fórum da Caridade Organizada, realizado durante a ExpoCatólica, e a imersão “Juntos”, encontro de capacitação e troca de experiências que reúne lideranças e gestores de obras sociais ligadas à Igreja.

PARCERIAS

Também foram apresentadas as novas embaixadoras e madrinhas da Rede Amparo pela Vida. Elas terão a missão de ampliar a visibilidade das iniciativas sociais e incentivar a participação da sociedade na defesa e promoção da vida, atuando como agentes de transformação comprometidas com a construção de uma sociedade mais

solidária e humana.

Para 2026 a campanha Amparo pela Vida estabeleceu a meta de captação de R\$ 3 milhões, destinados à manutenção e ampliação de projetos sociais, incluindo o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade, melhorias estruturais no Amparo Maternal e a criação de um fundo patrimonial para garantir a sustentabilidade das iniciativas a longo prazo.

Ao final do lançamento, os organizadores destacaram que os números apresentados representam mais do que resultados quantitativos: são sinais concretos de transformação na vida de pessoas acolhidas pelos projetos.

O SÃO PAULO
www.osaopaulo.org.br

- Diariamente, no *site* do jornal **O SÃO PAULO**, você pode acessar notícias sobre a Igreja e a sociedade em São Paulo, no Brasil e no mundo. A seguir, algumas notícias e artigos publicados recentemente.
- ‘24 horas para o Senhor’: igrejas abertas para oração e Confissão nos dias 13 e 14**
<https://curt.link/nWyJW>
- Na ONU, Santa Sé enfatiza que cristãos são a comunidade religiosa mais perseguida do mundo**
<https://curt.link/wHZES>
- Arsenal da Esperança celebrará 30 anos em cerimônia em 21 de março**
<https://curt.link/hIRul>
- Arquidiocese organiza retiro e via-sacra para a juventude**
<https://curt.link/eToRm>

Livraria Loyola
sempre um bom livro para você
[.com.br](http://www.livrarialoyola.com.br)

Loja Senador
R. Senador Feijó, 120 - Centro
São Paulo, SP - CEP 01006-000
WhatsApp (11) 97206-5764
lojasenador03@livrarialoyola.com.br

Loja Quintino
R. Quintino Bocaiuva, 234 - Centro
São Paulo, SP - CEP 01004-010
WhatsApp (11) 95395-8927
lojaquintino05@livrarialoyola.com.br

Loja Santos
R. Padre Visconti, 08 - Embaré
Santos, SP - CEP 110040-150
WhatsApp (11) 97206-5764
lojasantos04@livrarialoyola.com.br

Loja Campinas
R. Barão de Jaguara, 1389 - Centro
Campinas, SP - CEP 13015-002
WhatsApp (19) 3236-3567
lojacampinas03@livrarialoyola.com.br

A LIVRARIA MAIS COMPLETA DO BRASIL EM LIVROS E ARTIGOS CATÓLICOS

Mais de um milhão de cópias vendidas

MINHA PRIMEIRA BÍBLIA
De: R\$ 84,90
POR: R\$ 67,90

BÍBLIA FÁCIL
De: R\$ 59,00
POR: R\$ 50,15

RETIRO QUARESMA 2026
De: R\$ 24,00
POR: R\$ 21,60

ORAÇÕES SELECIONADAS
De: R\$ 26,90
POR: R\$ 21,50

Para pedidos ligue: (11) 3105-7198 / 98459-5171 ou acesse: www.livrarialoyola.com.br

Regularização sacramental de casamentos civis é tema de aula inaugural da Faculdade de Direito Canônico

REDAÇÃO
osaopaulo@uol.com.br

A Faculdade de Direito Canônico São Paulo Apóstolo (FACDCSP), da Arquidiocese de São Paulo, promoveu na quinta-feira, 5, a Aula Inaugural do Ano Acadêmico de 2026, com o tema “A sanação na raiz do casamento civil de dois católicos e a autoridade do Bispo diocesano”. Realizado na modalidade *on-line*, o encontro reuniu mais de mil inscritos de todo o Brasil.

A conferência foi ministrada por Dom Mauricio Landra, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Mercedes-Luján, na Argentina. Doutor em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Católica Argentina, o conferencista possui ampla trajetória acadêmica e pastoral, com reconhecida contribuição à reflexão canônica na América Latina.

SANAÇÃO NA RAIZ

A “sanação na raiz” (em latim, *sanatio in radice*) é um instrumento jurídico-pastoral que visa a regularizar, sob determinadas condições previstas pelo Direito Canônico, situações matrimoniais que carecem de forma válida na Igreja, favorecendo a plena inserção dos fiéis na vida sacramental.

Durante a conferência, Dom Mauricio se concentrou na situação de dois católicos que celebraram apenas o casamento civil. Nessa circunstância, embora exista um consentimento matrimonial entre os cônjuges reconhecido pelo direito civil, a união não é considerada válida pela Igreja por não ter sido celebrada segundo a forma canônica – isto é, diante de um ministro qualificado da Igreja e de testemunhas, conforme previsto pela legislação eclesiástica.

A sanação na raiz permite que essa união seja reconhecida como válida e sacramental sem a necessidade de renovar o consentimento matrimonial, mas depende de um discernimento atento da autoridade competente, particularmente do bispo diocesano, que deve verificar se permanecem as condições fundamentais do Matrimônio, como a continuidade do consentimento entre os esposos e a ausência de impedimentos canônicos.



Bispo argentino Dom Mauricio Landra, Doutor em Direito Canônico, ministra a aula inaugural

PRUDÊNCIA

O conferencista ressaltou que esse instrumento jurídico deve ser utilizado com prudência e não como primeira alternativa pastoral. Antes de recorrer à sanação na raiz, a Igreja procura acompanhar os fiéis e convidá-los, sempre que possível, à celebração plena do sacramento do Matrimônio. Nesse sentido, a ação pastoral busca favorecer um verdadeiro discernimento das situações familiares e integrar os fiéis na vida sacramental da comunidade.

Na abertura do encontro, o Cardeal Odilo Pedro Scherer, Arcebispo de São Paulo e Grão Chanceler da FACDCSP, destacou que não são raras as situações em que pessoas batizadas celebram apenas o casamento civil e depois de algum tempo desejam que sua união seja reconhecida também no âmbito canônico. Por isso, compreender os critérios e as condições para essa regularização é importante para que, nas diversas instâncias da Igreja – especialmente nos tribunais eclesiásticos, nas cúrias e nas comunidades – se possa colaborar adequadamente com o bispo diocesano em seu discernimento pastoral e jurídico.

SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO

A reflexão sobre a regularização canônica do Matrimônio remete, antes de tudo, à compreensão que a Igreja tem deste sacramento. De acordo com o *Catecismo da Igreja Católica*, o Matrimônio expressa a aliança de amor entre Cristo e a Igreja. Por meio dele, um homem e uma mulher batizados se unem livremente para constituir uma comu-

nidade de vida e de amor, orientada ao bem dos esposos e à geração e educação dos filhos. O sacramento confere aos cônjuges uma graça própria que fortalece a fidelidade, sustenta o amor conjugal e os ajuda a viver sua vocação familiar no interior da Igreja.

O elemento essencial dessa união é o consentimento livre dos esposos. Ao manifestarem sua vontade diante da Igreja, eles se entregam e se recebem mutuamente em uma aliança irrevogável. Por isso, o Matrimônio cristão possui duas propriedades fundamentais: a unidade, que expressa a exclusividade da união entre os cônjuges; e a indissolubilidade, que indica a permanência do vínculo ao longo da vida.

NORMAS CANÔNICAS

O *Código de Direito Canônico* afirma que o Matrimônio dos católicos é regido não apenas pelo direito divino, mas também pelo Direito Canônico, sem prejuízo da competência do poder civil quanto aos efeitos meramente civis da união. Assim, a Igreja reconhece que o casamento possui também uma dimensão social e civil, que interessa à sociedade.

Segundo a tradição da Igreja, são os próprios esposos que, ao manifestarem legitimamente seu consentimento, constituem o Matrimônio. O sacerdote ou diácono que preside a liturgia atua como testemunha qualificada em nome da Igreja, enquanto os noivos são considerados os ministros do sacramento.

Quando dois batizados contraem Matrimônio de modo válido, essa união não é apenas um contrato natural ou civil, mas também um sacramento. No en-

tanto, no caso dos fiéis católicos, a Igreja exige que o consentimento seja celebrado segundo a chamada forma canônica – ou seja, diante de um ministro autorizado da Igreja e de duas testemunhas. Quando dois católicos celebram apenas o casamento civil, ainda que exista verdadeiro consentimento entre eles, o Matrimônio não é considerado válido no âmbito canônico por faltar essa forma exigida. É justamente nessas situações que pode ser aplicada, em determinadas circunstâncias, a sanação na raiz.

NULIDADE MATRIMONIAL

Outro tema frequentemente associado ao direito matrimonial da Igreja é a nulidade matrimonial. Ao contrário do que muitas vezes se imagina, a Igreja não “anula” um casamento válido. O tribunal eclesiástico examina, por meio de um processo canônico, se o Matrimônio foi válido desde o início. Caso se constate que faltou algum elemento essencial no momento da celebração – como o consentimento livre ou a ausência de impedimentos – pode-se declarar que aquele Matrimônio era nulo desde a sua origem.

A investigação busca compreender não apenas as razões que levaram à separação do casal, mas sobretudo as circunstâncias que envolveram a celebração do Matrimônio. O Direito Canônico presume que todo casamento é válido até que se prove o contrário.

Entre as possíveis causas de nulidade estão impedimentos jurídicos – como a existência de vínculo matrimonial anterior – e os chamados vícios de consentimento, quando a vontade expressa no momento da celebração não corresponde verdadeiramente ao compromisso assumido. Isso pode ocorrer, por exemplo, em casos de simulação do consentimento, incapacidade psíquica para assumir as responsabilidades do Matrimônio ou consentimento dado sob pressão ou grave medo.

É importante ressaltar que a nulidade matrimonial só pode ser declarada por meio de sentença após o devido processo no tribunal eclesiástico. Assim, ainda que o relato de uma pessoa indique sinais de possível nulidade, ela não pode ser afirmada sem a devida investigação canônica.

O MELHOR SISTEMA DE GESTÃO ECLESIAL DO BRASIL- 1987

Fortalecendo dioceses, paróquias e comunidades.

SOLUÇÕES ECLESIAIS

Financeiro
Controle Financeiro por centro de custos

Contábil
ECD, ECF

Folha de pagamento
EFD-Reinf

Gestão de Eventos
Sistema para eventos, quermesses, festas juninas etc

Orgdom
APP diocesano e paroquial

OrgSmart
Captura de notas fiscais eletrônicas

Conciliação bancária eletrônica

Gestão pastoral, chancelaria, controle patrimonial e tribunal

ENTRE EM CONTATO

www.orgeclesial.com.br
reinaldo@orgeclesial.com.br

Orgclesial
@orgeclesial

Ecritório Franco
Rua Minas Gerais, 2041, Vila Aparecida, Franco SP
16 99275-1899
16 2103-6166

Ecritório São Paulo
Av. Paulista, 765, 7 Andar, Bela Vista, São Paulo SP
16 99266-8613
11 2450-7344

Cardeal Scherer cria a Área Missionária Santa Cruz

PERTENCENTE AO TERRITÓRIO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE, NA REGIÃO EPISCOPAL SANTANA, ELA PODERÁ SE TORNAR UMA PARÓQUIA FUTURAMENTE

Fotos: Luciney Martins/O SÃO PAULO



ROSEANE WELTER ESPECIAL PARA O SÃO PAULO

A Capela Santa Cruz e o salão anexo ficaram lotados de fiéis no domingo, 8, para a celebração da missa que marcou a criação da Área Missionária Santa Cruz, no Decanato São Matias da Região Santana.

A celebração foi presidida pelo Cardeal Odilo Pedro Scherer, Arcebispo Metropolitano, tendo entre os concelebrantes Dom Márcio Antonio Vidal de Negreiros, OSA, Bispo Auxiliar da Arquidiocese na Região Santana; e os Padres Paulo Ramos, Pároco da Paróquia Nossa Senhora da Piedade; e Lucas Antônio Gobbo Custódio, da Ordem dos Clérigos Regulares (Teatinos).

Pertencente ao território da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, a nova Área Missionária é composta pelas Capelas Santa Cruz (sede), Santos Arcanjos, Santa Teresinha do Menino Jesus e Bom Pastor.

ESCUA E DISCERNIMENTO PASTORAL

No início da missa, Dom Odilo recordou a visita pastoral realizada à Paróquia Nossa Senhora da Piedade em 2025. “Estive aqui no ano passado, fazendo a visita pastoral, quando foi possível perceber de perto a realidade e as necessidades da comunidade. Eu me lembro muito bem dos encontros nas diversas comunidades e do reconhecimento da situação da Paróquia, das necessidades e do grande número de comunidades que dela fazem parte”, afirmou, destacando serem estas algumas das razões que alicerçaram a criação da área missionária, bem como a

grande extensão territorial da Paróquia.

O Purpurado enfatizou que a criação da área missionária é fruto de um processo de escuta e discernimento pastoral: “Ela começa como uma área que se organiza e se estrutura para, futuramente, se tornar uma paróquia”.

Dom Odilo destacou que esse processo permitirá uma “presença mais próxima da Igreja junto à população. Trata-se de estar mais perto das pessoas, com a presença do padre, das pastorais e das celebrações, para acompanhar o povo e continuar o trabalho da evangelização, para que a fé seja cultivada e cresça na vida das comunidades e dos bairros”.

Na ocasião, foi lido o decreto de nomeação do Padre Lucas Antônio Gobbo Custódio, CR, como Vigário Paroquial da nova Área Missionária (leia detalhes na página 3), com a missão de promover a assistência religiosa e coordenar suas atividades missionárias e pastorais.

EXPANSÃO E EVANGELIZAÇÃO

Padre Paulo Ramos disse à reportagem que a “região foi crescendo, a quantidade de paroquianos aumentou, e que, assim, a criação da Área Missionária vem ao encontro da necessidade de mais uma paróquia nessa região”. O Sacerdote destacou que a realidade social do território apresenta desafios para a ação evangelizadora: “Trata-se de uma área marcada por vulnerabilidade social e crescimento urbano desordenado. Aqui é uma região muito simples, muito pobre, com muitas ocupações. Também há a presença de muitos imigrantes”.

Pastoralmente, um dos destaques é a

catequese, que reúne grande número de crianças, jovens e adultos. Apenas neste ano, cerca de 70 fiéis deverão receber o sacramento da Crisma, sendo mais da metade adultos.

A dimensão social também integra a ação pastoral da comunidade. “A gente ajuda com cestas básicas, roupas e faz visitas pastorais, convidando também as pessoas para um caminho de conversão”, explicou Padre Paulo.

“Ao longo do ano, são promovidas iniciativas como festa junina e eventos, que ajudam na arrecadação de recursos para as obras de aumento da Capela e atividades pastorais. As missas ficam lotadas. Isso é um sinal de que a Igreja cresce e de que o povo responde ao chamado de Deus”, afirmou o Sacerdote.

CAMINHAR JUNTOS

A Área Missionária Santa Cruz contará com a presença dos religiosos da Ordem dos Clérigos Regulares. “Nosso carisma está alicerçado na vida apostólica, inspirado nas primeiras comunidades cristãs”, explicou Padre Lucas.

No Brasil, os religiosos chegaram em 1951. “Neste 2026, celebramos os 75 anos da presença Teatina no Brasil. Na Arquidiocese de São Paulo, estamos desde 2022. A presença na capital paulista começou na Região Brasilândia, com a Quase-Paróquia Santo Antônio. Posteriormente, os religiosos assumiram também as Paróquias Santa Dulce dos Pobres e São Luís Gonzaga, na Região Santana, e estamos à frente de uma área pastoral na Região Belém e, agora, assumimos a nova Área Missionária

Santa Cruz”, detalhou o Sacerdote.

“É um tempo de conhecimento e de caminhar juntos. A missão exige tanto de quem chega quanto de quem já está na comunidade. É preciso compreender a realidade local e ouvir o povo de Deus para que o trabalho pastoral possa crescer”, concluiu.

COMUNIDADE DE FÉ

A Comunidade Santa Cruz tem suas origens nas primeiras décadas do século XX, entre os anos 1920 e 1930, quando a região ainda era formada por chácaras e áreas agrícolas. As famílias se reuniam em uma pequena capela dedicada à Santa Cruz. Com o crescimento da população, os próprios moradores mobilizados em mutirão decidiram erguer um novo templo. A atual capela começou a ser construída entre o fim dos anos 1950 e o início da década de 1960.

Antônio Matos Ribeiro é coordenador de pastoral na Capela Santa Cruz. “Este momento representa a expansão da Igreja e da evangelização. Como comunidade de fé, renovamos nosso compromisso de evangelizar e servir com amor”, disse.

Joyce Duarte Santana, 23, participa do grupo de jovens Geração da Imaculada, criado em 2025. “Estou muito feliz. Sou filha dessa comunidade, desde criança participo com minha família e fiz a catequese e os sacramentos aqui. E, recentemente, iniciamos nosso grupo com o anseio de evangelizar e nutrir a nossa fé. Celebrar este momento é um convite à missão de propagar Jesus aos jovens”, disse.

CADERNO ESPECIAL

Fé e Cidadania

O SÃO PAULO

Edição 35
11 de março de 2026



Use o QRCode para
acessar o Caderno
Fé e Cidadania
na internet, com
mais artigos e links
citados.

Subsidiariedade: uma bússola para a atuação social e política



Arte: Sergio Ricciuti Conte

Pouco conhecido no Brasil, o princípio da subsidiariedade, da Doutrina Social da Igreja, oferece caminhos para fortalecer o Terceiro Setor, estimular iniciativas que superem a pobreza, garantir a pluralidade de pensamento, delimitar o tamanho do Estado e construir o bem comum.

Marli Pirozelli N. Silva*

A palavra pode até soar difícil, mas o conceito é simples e já estava presente no pensamento social da Igreja antes mesmo da publicação da encíclica *Rerum Novarum* (1891), marco do nascimento da moderna Doutrina Social da Igreja. O conceito de subsidiariedade parte do reconhecimento da dignidade de cada pessoa: ser amado por Deus, dotado de liberdade, criatividade e capacidade de iniciativa, capaz de agir na busca de soluções para os próprios problemas. Entretanto, essa dignidade não se esgota na dimensão individual, pois a própria natureza humana é essencialmente social. Por isso, o ser humano tende a associar-se a outros para responder às suas necessidades fundamentais, em um contínuo movimento de comunicação recíproca e ajuda mútua que a todos enriquece. Dessa maneira, nasce a família e surgem diversas formas de associação, de caráter econômico, profissional e cultural, como movimentos populares, sindicatos e obras educativas, que expressam a vitalidade da vida em sociedade.

A subsidiariedade assume e defende essa visão de pessoa e de sociedade. Contudo, sua formulação explícita como um dos princípios centrais da Doutrina Social da Igreja foi fruto de um longo processo histórico, iniciado no século XIX, em resposta às transformações sociais e aos desafios da modernidade.

A Revolução Industrial representou um divisor de águas na história, modificando profundamente a vida urbana, as relações sociais e as formas de trabalho e dando origem à classe operária. Nas cidades, os operários viviam em condições precárias, submetidos a longas jornadas de trabalho, baixos salários e à exploração do trabalho infantil, sem qualquer direito ou proteção. Essas profundas transformações econômicas e sociais tornaram o século XIX um período de intensa efervescência política, marcado por revoluções, lutas sindicais e embates ideológicos entre teorias socialistas e propostas reformistas.

Os católicos não permaneceram alheios a esse processo: fundaram associações e sindicatos em defesa de melhores condições de trabalho e posicionaram-se

publicamente, identificando no liberalismo a fonte dos principais problemas sociais. Neste contexto, Dom Wilhelm von Ketteler, bispo alemão, iniciou uma mudança fundamental de perspectiva, posteriormente consolidada na encíclica *Rerum Novarum*. Ele sustentava que a miséria dos operários não era apenas uma questão de caridade assistencial, mas uma verdadeira exigência de justiça. Para Ketteler, a solução da questão operária exigia uma nova concepção de sociedade, que rejeitasse tanto os excessos do liberalismo individualista quanto do estatismo centralizador, valorizando, assim, a pessoa e os grupos existentes entre o indivíduo e o Estado.

A encíclica *Rerum Novarum*, ainda que não apresente uma formulação explícita do conceito de subsidiariedade, já trazia implicitamente a ideia de que o ser humano possui o direito e a capacidade de organizar a própria vida, orientar sua família e associar-se a outros para defender seus direitos e atuar na busca do bem comum. O Estado, que surge posteriormente à pessoa humana, deve respeitar essa na-

tureza e seus legítimos anseios de participação. Esta ideia foi amadurecendo ao longo do tempo, à medida que as transformações sociais e políticas exigiam maior precisão doutrinal, e, na encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI, o princípio da subsidiariedade recebeu sua formulação clássica. Nela, afirma-se que indivíduos e associações têm um nível próprio de responsabilidade, e aquilo que podem realizar por si mesmos não deve ser absorvido pelo Estado.

Ao longo do tempo, o magistério aprofundou e ampliou a compreensão desse princípio, reafirmando sua importância ao reconhecer que ele protege a liberdade e a iniciativa das pessoas e dos grupos, além de valorizar o pluralismo social. Assim, a prática da subsidiariedade, em todos os setores — política, economia, educação e saúde — fortalece a sociedade e constitui, sem dúvida, um antídoto contra os excessos do poder e contra a dependência governamental.

* Historiadora e mestre em Filosofia da Educação. É professora universitária de Doutrina Social da Igreja, trabalha com metodologias de ensino desta disciplina e em projetos sociais de atendimento a jovens.

Subsidiariedade: do princípio à vida pública

O princípio da subsidiariedade, bem-entendido e praticado, é uma ferramenta poderosa para a construção do bem comum em nossas sociedades.

Bruno Ceretta*

Nos tempos contemporâneos, marcados pela desconfiança nas instituições políticas e pela sensação de impotência diante de problemas complexos, cresce a busca por atalhos – algo que se manifesta nas polarizações, que frequentemente se apresentam como fonte de respostas fáceis. De um lado, espera-se que o Estado solucione tudo; de outro, supõe-se que a sociedade civil, sozinha, consiga enfrentar desafios que são, em sua origem, estruturais. Embora pareçam antagônicas, ambas as posturas partilham o mesmo traço redutor.

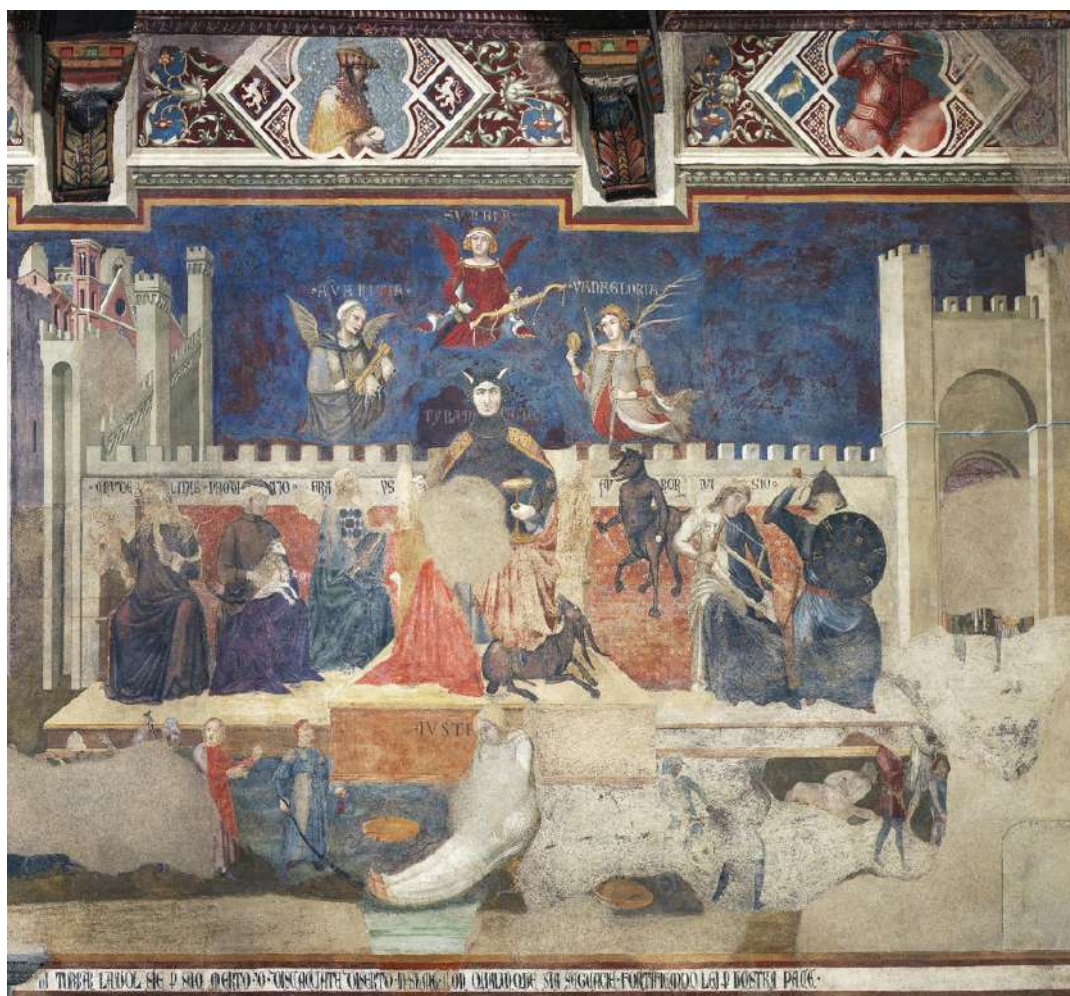
Como alternativa, o princípio da subsidiariedade pode servir tanto como guia ordenador quanto como critério de esclarecimento. Longe de ser apenas uma regra de organização do Estado, ele expressa, em sentido mais amplo, uma compreensão de como as relações na vida social podem se estruturar de modo mais harmonioso e cooperativo, tanto entre pessoas e grupos quanto na relação entre a sociedade e o poder público.

Em termos simples, a ideia-chave da subsidiariedade consiste em reconhecer que aquilo que indivíduos, famílias e comunidades conseguem realizar por seus próprios meios não deve ser apropriado por governos em níveis superiores, sejam eles da esfera municipal, estadual ou federal. Por outro lado, quando faltam condições no tecido social ou quando o desafio exige coordenação mais ampla, cabe ao poder público agir para proteger direitos e assegurar o bem comum.

Trata-se de uma premissa orientadora, uma chave de leitura, e não de uma resposta pronta. Isso significa que a subsidiariedade não oferece uma solução automática, mas, com importância ainda maior, um critério de discernimento: ela requer que se identifique, em cada situação, a esfera mais próxima e competente para enfrentar o desafio que se apresenta e que se verifique se essa instância dispõe dos meios, da autonomia e da responsabilidade necessários.

As intuições que deram origem ao princípio da subsidiariedade são antigas. Já em Aristóteles encontra-se a ideia de que a vida política nasce da articulação entre vínculos menores – como a casa e a cidade – que se compõem e se sustentam mutuamente. Em Tomás de Aquino, encontram-se elementos que ajudaram a fundamentar a subsidiariedade, ao reconhecer a vida social como um conjunto de vínculos e associações

*Efeitos do Mau Governo' de Ambrogio Lorenzetti - Museu de Siena



com funções próprias, integradas ao todo político sem serem anuladas por ele.

No século XX, a encíclica [Quadragesimo Anno](#), publicada em 1931 por Pio XI, formula o princípio com nitidez. Passa-se a discutir a injustiça de subtrair às comunidades menores e aos grupos intermediários aquilo que podem realizar por sua própria iniciativa e capacidade, para transferi-lo a instâncias superiores. Desde então, a defesa dos corpos intermediários – como a família, as associações e as comunidades locais – consolidou-se como um dos eixos do pensamento contemporâneo.

Do princípio à prática social: comunidade, participação e confiança. Entre o indivíduo e o Estado existe um campo que muitas vezes passa despercebido: é o tecido de pertencimentos que sustenta a vida comum. Ninguém existe como unidade isolada; cada pessoa se forma a partir de relações concretas, como as famílias, as vizinhanças, as organizações e os grupos da sociedade civil, as comunidades religiosas e os espaços de trabalho e de estudo.

Nesses espaços, emergem canais de diálogo e de decisão. Quando esse tecido se enfraquece, a sociedade se torna mais vulnerável à manipulação e à concentração de poder político ou econômico, e a vida pública perde densidade. Por outro lado, o seu fortalecimento amplia a capacidade de cooperação, cria redes de confiança e sustenta a participação cotidiana. É nesse eixo asso-

ciativo, muitas vezes discreto, que se formam as bases concretas de uma cidadania ativa e resiliente.

Na solidez do tecido social, as necessidades ganham contornos e as aspirações podem encontrar uma linguagem comum. Instâncias próximas, como associações, cooperativas, pastorais e redes comunitárias, conhecem com mais precisão os problemas do território, os recursos disponíveis e os obstáculos que não aparecem nas estatísticas. Percebem com rapidez o que é urgente e conseguem mobilizar pessoas em torno de soluções.

Por isso, respeitar e considerar essas instâncias – que, em termos numéricos, somam milhares de formas distintas de organização – não pode ser um gesto simbólico, mas uma exigência de perspicácia institucional. Políticas formuladas sem participação tendem a ser genéricas e ineficazes. Em contrapartida, a subsidiariedade pode se traduzir em fortalecimento da confiança e da corresponsabilidade, conferindo maior densidade à vida pública.

Estudos como os do cientista político Robert Putnam indicam que instituições funcionam melhor onde há redes de confiança e cooperação social. Quando o poder público reconhece o papel dos grupos intermediários, sustenta canais estáveis de diálogo e cria condições para que iniciativas locais prosperem, a vida comunitária se fortalece, cresce o senso de corresponsabilidade e as políticas se ajustam melhor às necessidades reais.

Do princípio à prática institucional: políticas públicas, solidariedade e cooperação. Se a subsidiariedade evidencia o valor das iniciativas locais, ela também oferece um modo de pensar as políticas públicas sem reduzi-las ao dilema entre Estado e sociedade. Por isso, uma das questões decisivas é compreender como a ação pública pode apoiar e potencializar aquilo que já existe no tecido social, sem pretender substituí-lo.

O desafio não é apenas técnico; ele exige arte e sensibilidade política. Em um país como o nosso, trata-se de conceber programas que dialoguem com redes comunitárias, aproveitem competências existentes, apoiem lideranças consolidadas e criem meios para que a participação produza efeitos concretos.

Aprofundar a cooperação entre o Estado e a sociedade civil é uma via estratégica para alcançar o equilíbrio desejável.

Parcerias bem estruturadas podem ampliar a capilaridade, aproximar serviços das pessoas, qualificar diagnósticos e tornar a execução das políticas públicas mais responsiva às necessidades locais.

Cooperação madura exige critérios, como clareza de papéis, metas, transparência, prestação de contas e mecanismos que evitem tanto a captura quanto o dirigismo. O risco de centralização, que pode sufocar as iniciativas sociais com burocracias rígidas, controles desarrastados e decisões tomadas à distância, está sempre presente.

No mesmo sentido, busca-se uma solidariedade autêntica, que não gere dependência, o que exige distinguir o auxílio imediato de caminhos que promovam uma autonomia efetiva. A ajuda é necessária e urgente, mas perde sua força quando se converte em prática de tutela. Nesse processo, por vezes, a pessoa passa a ser tratada apenas como destinatária, e não como sujeito, com toda a sua complexidade.

Por isso, uma solidariedade bem orientada combina proteção com emancipação: assegura o mínimo indispensável, mas também amplia capacidades, fortalece vínculos, favorece o acesso a direitos e cria condições para que indivíduos e comunidades participem da construção das soluções.

A autonomia é termômetro da saúde democrática. Quando organizações dependem exclusivamente de recursos estatais, podem perder capacidade crítica; quando dependem apenas de doações instáveis, enfrentam descontinuidade. Co-

peração madura exige equilíbrio: financiamento transparente, diversificação de fontes e preservação da independência.

No plano institucional, esse debate passa pelos marcos e modelos que estruturam as parcerias. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil procurou oferecer maior segurança jurídica à cooperação, enquanto formatos como as organizações sociais continuam suscitando discussões sobre eficiência e controle. O aspecto crucial não é rejeitar parcerias, mas aperfeiçoar seus critérios e salvaguardas. A cooperação tende a funcionar melhor quando há confiança construída ao longo do tempo, clareza de papéis, transparência e estabilidade.

Presente e futuro. Na passagem da teoria para a prática, o Brasil oferece muitos exemplos exitosos. Ainda que o princípio da subsidiariedade nem sempre seja bem compreendido conceitualmente, o País é atravessado por práticas históricas de solidariedade social, visíveis na capacidade de comunidades, associações, iniciativas de base e redes de apoio se organizarem diante de necessidades concretas. Esse dado ajuda a entender por que a subsidiariedade já opera no cotidiano antes mesmo de ser nomeada.

A própria história brasileira é atravessada por disputas recorrentes em torno da distribuição do poder, tanto entre diferentes níveis de organização estatal – entre Estados-membros e União, por

O bom governo aconselhado pela fé, a esperança e a caridade, de Ambrogio Lorenzetti, Museu de Siena



exemplo – quanto na relação entre sociedade e Estado. Em muitos momentos, o debate girou em torno de onde devem estar as competências, quem decide e quem executa. Assim, ainda que o conceito de subsidiariedade não esteja formalmente disseminado, o País conhece bem o problema que ele procura ordenar: como equilibrar proximidade e escala, autonomia e coordenação, iniciativa social e responsabilidade pública?

À luz disso, a subsidiariedade se apresenta também como um critério capaz de orientar a organização da vida comum. Ela reafirma que

o tecido social e os grupos intermediários têm funções próprias e insubstituíveis, mas também que o poder público não pode se omitir quando faltam condições, quando graves desigualdades persistem ou quando a coordenação precisa ganhar alcance. Seu núcleo não está em opor instâncias, e sim em ordenar responsabilidades, de modo a fortalecer capacidades sociais.

Um dos sinais mais concretos de vitalidade social é a qualidade da participação. Onde vínculos associativos são vivos e sustentados por confiança, reciprocidade e cooperação, a vida pública ganha vitalidade

e as políticas tendem a se ajustar melhor às necessidades reais. Isso não se reduz a escutar a sociedade de forma episódica, mas requer canais estáveis de diálogo. Quando essa circulação é efetiva, a solidariedade deixa de ser apenas reação ao imediato e se articula com caminhos duradouros de autonomia e corresponsabilidade.

Para o futuro, o potencial de aprimoramento passa por consolidar a cooperação como prática institucional prioritária, e não como exceção. Isso implica critérios e mecanismos que protejam recursos e direitos sem asfixiar iniciativas legítimas. Também é preciso cuidar da autonomia: quando uma organização passa a depender de uma única fonte de recursos, sua estabilidade e sua capacidade de decidir com independência ficam mais vulneráveis, e a cooperação tende a perder maturidade. Por isso, ampliar e diversificar as fontes de sustentação, junto com marcos e estruturas institucionais consistentes, é essencial para que as parcerias avancem com continuidade.

Em síntese, a subsidiariedade aponta para uma tarefa permanente: reconhecer e fortalecer a energia social já existente, qualificar a participação e estruturar políticas públicas capazes de apoiar o território sem substituí-lo. Quando esse equilíbrio é buscado com rigor, a solidariedade se converte em autonomia possível, a vida pública ganha densidade e a democracia se torna menos vulnerável às simplificações e às promessas fáceis.

* Professor universitário e advogado

Efeitos do Bom Governo na Cidade de Ambrogio Lorenzetti, Museu de Siena



Subsidiariedade em um Estado clientelista

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

O que fazer com o desafio da moradia no Brasil? O que nós cidadãos, cada um com seu pouco poder político, podemos fazer? Em primeiro lugar, saber que existem soluções, imperfeitas, como tudo que é humano, mas factíveis, que podem ser adotadas – e que nenhuma delas, sozinha, resolverá o problema, precisam ser assumidas em conjunto. Depois, o compromisso de cada um, que pode ser direto, entre aqueles que estão envolvidos nesta problemática, ou indireto, desde o voto em candidatos realmente comprometidos com o bem comum, até o apoio a movimentos e organizações que trabalham com a promoção humana.

O clientelismo, tão pernicioso ao bem comum no Brasil, não é igual à corrupção, ainda que frequentemente desague nela. É uma prática política, muitas vezes legalizada, em que líderes ou partidos oferecem benefícios materiais, cargos públicos ou recursos a indivíduos e grupos em troca de apoio político, como votos, lealdade ou mobilização eleitoral. Em todos esses casos, os recursos públicos são direcionados para vantagens particulares, em detrimento do bem comum. No Brasil, emendas parlamentares têm consumido entre 10% e 28% da parcela do orçamento disponível para investimentos, com pouco retorno efetivo para o bem comum. Tornam a máquina estatal ineficiente, pois as decisões deixam de ser tomadas em função das reais necessidades da população, para serem tomadas em função de interesses eleitoreiros.

A experiência internacional demonstra que não existe solução única contra esse mal. Alguns países tiveram sucesso investindo em transparência e carreiras no funcionalismo público relativamente imunes a indicações políticas. Por outro lado, punições exemplares sem reformas estruturais – como as Operações Mãos Limpas, na Itália, e Lava Jato, no Brasil – produziram resultados decepcionantes, pois os mecanismos que favorecem os desvios não foram eliminados e retornaram após um choque inicial.

Participação e subsidiariedade.

Mesmo sem nomear o clientelismo, a Doutrina Social da Igreja (DSI) aponta dois elementos para a sua superação: a participação (cf. [Compêndio da Doutrina Social da Igreja](#), CDSI 189-191) e o fortalecimento das organizações sociais, os "corpos intermediários", na linguagem da DSI, tais como sindicatos, ONGs, associações de moradores, entidades profissionais (CDSI 185-187, 356-357). Estes formam o tecido social capaz de resistir à captura fisiológica do Estado. É nesse contexto que o princípio da subsidiariedade se revela particularmente fecundo. Propõe que o Estado deve apoiar o protagonismo das pessoas e organizações na resolução dos próprios problemas. O governo e os políticos

Os recentes debates sobre emendas PIX, orçamentos secretos e os mecanismos de aprovação de projetos no Congresso Nacional revelaram, mais uma vez, aquilo que os brasileiros já conhecem bem: o clientelismo e o fisiologismo que caracterizam nosso sistema político. Não se trata de casos isolados de corrupção, mas de um sistema consolidado ao longo de séculos. Nesse contexto, o princípio da subsidiariedade, elemento fundamental da Doutrina Social da Igreja, oferece não apenas uma crítica consistente a essas práticas, mas também caminhos concretos para sua superação.



Imagem gerada por IA

não distribuem benesses a seus aliados, mas o Estado apoia as iniciativas sociais que constroem o bem comum. Bento XVI, na *Caritas in veritate* (CV), esclarece que “o princípio da subsidiariedade deve permanecer intimamente ligado ao princípio da solidariedade”, pois o primeiro sem o segundo “abre caminho para o privatismo social”, enquanto o segundo sem o primeiro resulta em “assistência social paternalista e degradante” (CV 58). A subsidiariedade “respeita a dignidade pessoal ao reconhecer na pessoa um sujeito sempre capaz de dar algo aos outros” e “é o antídoto mais eficaz contra qualquer forma de assistencialismo paternalista” (CV 57).

Oportunidades e cuidados. O clientelismo prospera no vácuo entre o cidadão isolado e o Estado. Quando, em uma perspectiva subsidiária, uma comunidade se organiza para resolver seus problemas com apoio estatal, o político “atravessador de favores” perde sua função social. Além disso, quando direitos podem ser acessados diretamente pelos cidadãos a partir de regras objetivas, o poder de conceder favores desaparece. Por fim, a presença da comunidade aumenta a transparência e o controle social efetivo.

A perspectiva subsidiária aumenta a eficiência na alocação de recursos, pois quem conhece de perto os problemas define melhor as prioridades e soluções, e fortalece o tecido social, pois as pessoas deixam de ser beneficiárias passivas para se tornarem protagonistas. Com isso, tem-se uma democracia mais substantiva – a participação não se limita ao voto, mas torna-se exercício cotidiano de cidadania. Por fim, desenvolve-se capital

social e capacidades que perduram além de governos específicos, criando resiliência institucional, e facilita-se a inovação – soluções criativas podem ser testadas localmente antes de eventual replicação.

A implementação exige, contudo, cuidados fundamentais. Primeiro, evitar descentralização meramente administrativa, sem real transferência de poder e recursos. Muitas “reformas” apenas criaram burocracias locais, igualmente sujeitas à captura clientelista. Segundo, garantir capacitação técnica das instâncias locais. Transferir responsabilidades sem capacidade de gestão é receita para o fracasso. É necessário investimento em formação de lideranças, desenvolvimento de competências gerenciais e sistemas de informação acessíveis. Terceiro, estabelecer mecanismos efetivos de transparência e controle. A proximidade não garante *accountability* – pode até facilitar cooptação sem instrumentos adequados de fiscalização. Portais digitais, conselhos gestores com poder real e auditorias comunitárias são essenciais. Quarto, manter o papel regulador e redistributivo do Estado central. A subsidiariedade não significa abandono das responsabilidades estatais em garantir direitos fundamentais. Um Estado subsidiário é forte onde necessário, mas respeita a capacidade de ação e os valores das comunidades.

Uma outra concepção de Estado.

No Brasil, a subsidiariedade com protagonismo das organizações sociais implica uma inversão de perspectiva. Entre nós, pensa-se em um Estado executor, mandante de todas as obras de interesse social. Onde o Estado não consegue chegar, as organizações sociais são chamadas para desempenhar um papel su-

plementar. É o modelo característico de nosso sistema de saúde. Mas, em uma perspectiva subsidiária, as organizações sociais são protagonistas tanto na execução quanto na concepção das obras. Cabe ao Estado o apoio, a coordenação geral e a fiscalização do uso adequado dos recursos. Agora, é o Estado que deve chegar aonde as organizações sociais não conseguem ir sozinhas.

O Estado subsidiário não corresponde ao Estado mínimo. Trata-se de um Estado forte onde necessário – na garantia de direitos fundamentais, na justa regulação econômica, na proteção dos vulneráveis – mas que respeita a sociedade civil em suas escolhas e em sua capacidade de ação eficiente e responsável.

Um caminho de gerações. A superação do clientelismo e o aumento da participação e do protagonismo da sociedade no Brasil não virá de uma reforma milagrosa ou de um líder iluminado, mas da mudança gradual na arquitetura do poder – da transição do “Estado que tudo provê em troca de fidelidade política” para o “Estado que promove autonomia cidadã”. É um esforço que demanda tempo. Como lembrava Francisco: “Quem ama e deixou de entender a política como uma mera busca de poder está seguro de que não se perde nenhuma das suas obras feitas com amor” (*Fratelli tutti*, FT 195). Na política, cada geração colhe os frutos cultivados pela geração anterior. A política que temos hoje, no seu bem e no seu mal, é o fruto das batalhas dos que nos precederam. A política que nossos filhos praticarão será o resultado dos esforços que fazemos hoje.

*Editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do O SÃO PAULO

CF 2026 - FRATERNIDADE E MORADIA

Projeto Solicitud: mais do que fazer casas, reconstruir lares

INICIATIVA DOS MISSIONÁRIOS DA REDENÇÃO BUSCA ASSEGURAR CONDIÇÕES DIGNAS DE VIDA A FAMÍLIAS CARENTES DO DISTRITO DE SÃO MATEUS, NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

DANIEL GOMES
osaopaulo@uol.com.br

O Natal se aproximava e um grupo de leigos católicos foi a uma casa entregar doações de alimentos. Diante das precárias condições do barraco em que vivia a moradora – uma viúva e seus seis filhos – todos viram que seria preciso fazer mais: “A gente se olhou e falou: ‘Não vai adiantar apenas dar o alimento. A questão é um pouco mais profunda’. Então, começamos a mobilizar as pessoas da comunidade e outras de boa vontade para pedir doações e reformar aquela casa”.

Assim relata Loreнна Pirolo sobre o começo do Projeto Solicitud, idealizado em 2012 pelos Missionários da Redenção na Paróquia Jesus Ressuscitado, na Região Episcopal Belém. Hoje parte da Rede Amparo Pela Vida, que também administra a Associação Amparo Maternal, o projeto atua no desenvolvimento humano, social e econômico das famílias atendidas; no combate à fome por meio da distribuição de cestas básicas; e na promoção de moradia digna, o que inclui a reforma parcial ou completa de moradias precárias no distrito de São Mateus, na zona Leste da capital paulista.

‘NÃO É SÓ UMA CONSTRUÇÃO DE TIJOLOS’

Os Missionários da Redenção já construíram ou reformaram 11 casas, e o processo para a 12ª já está em curso. Tudo se inicia com as visitas domiciliares para diagnosticar as necessidades das famílias, e há também visitas missionárias de evangelização. Após a seleção daquela que será contemplada, são feitas visitas técnicas para listar todos os materiais necessários e averiguar o que será preciso para que as obras ocorram em segurança.

De acordo com Loreнна, ao longo desta jornada de acompanhamento se busca, por primeiro, reconstruir a dignidade da família, o que inclui, muitas das vezes, ensinar hábitos de limpeza e organização do lar, ajudar que as pessoas regularizem sua situação de documentos, encontrem emprego, cuidem da própria saúde e da situação educacional dos filhos.

“Nas comunidades de alta vulnerabilidade, há muitas pessoas em situação de dependência química, por exemplo, e tentamos fazer com que elas se restau-



Foto: Projeto Solicitud/Arquivo



Missionários da Redenção indo visitar casas; em 2019, Cícera Bezerra teve o lar reconstruído



rem primeiro, pois do contrário corre-se o risco de construirmos a moradia, a entregarmos, mas alguém da família vender a casa para manter um vício. Por isso, fazemos todo esse caminho, pois a família também precisa querer avançar”, detalha Loreнна.

Também participante da iniciativa, o Diácono Nilson Amâncio explica que o Projeto Solicitud está alicerçado nos eixos saúde, educação, segurança, vida em família e espiritualidade, sendo que este último também se atenta às condições sacramentais das pessoas da casa: “Nós trabalhamos para edificar a família. Não é só uma construção de tijolos, é ajudar a construir um lar sólido, cristão e verdadeiro. Queremos que essa família se desenvolva e volte a ter esperança”.

‘SEM O PROJETO, A GENTE AINDA ESTARIA VIVENDO NO BARRACO’

As obras em uma casa podem durar até oito meses, caso seja preciso sua reconstrução completa. O custo estimado, neste caso, é de R\$ 120 mil. Voluntários colaboram em todas as etapas, bem como os membros da família beneficiada, e há a contratação de profissionais especializados para serviços específicos, como nas partes elétrica e hidráulica. Atualmente, o Solicitud conta com cerca de 60 voluntários, entre os quais um engenheiro e duas arquitetas. Com

tudo erguido, ocorrem mais mutirões para a pintura da casa, limpeza e montagem do mobiliário, tudo sem qualquer custo para a família.

Em 2019, Cícera Bezerra da Silva, moradora da Vila Bela, em São Mateus, foi a escolhida para ter uma nova casa em lugar do barraco de madeira, no qual morava havia seis anos: “Agora temos dois quartos, uma cozinha e um banheiro. Sem o projeto, a gente ainda estaria vivendo no barraco”.

“E não foi só a casa. Com a ajuda do Solicitud, o meu marido também conseguiu fazer os documentos dele e começou a trabalhar. Hoje ele atua como ajudante geral”, recorda Cícera. Alexsandro, o esposo, participou ativamente da construção da própria casa, na qual também moram os filhos Igor e Heloísa.

Segundo Gislene Madrid, voluntária do Redenção Kids e professora em uma escola pública na Vila Bela, a falta de moradia digna impacta a aprendizagem das crianças. “Tivemos um aluno que quando chovia, a casa dele alagava e as goteiras danificavam o seu material escolar. Ele trazia a lição de casa todo envergonhado. Muitas crianças quando o tempo fecha me falam: ‘dona Gislene, hoje eu não sei o que vai acontecer com a minha casa. Minha mãe está lá, meu irmão está lá. Isso nos dói muito’, relatou.

TUDO REQUER PLANEJAMENTO

“Promover ou apoiar processos autogestionários para a construção de moradias para quem não tem casa ou mora precariamente” é uma das ações comunitárias sugeridas pela Campanha da Fraternidade de 2026, cujo tema é “Fraternidade e Moradia”.

Segundo Emerson Pirolo, também idealizador do Projeto Solicitud, a ideia de que paróquias realizem ou apoiem a construção de casas é possível, desde que se tenha de uma metodologia detalhada, a partir do mapeamento da realidade de vida das pessoas na área de abrangência da paróquia.

“O Solicitud vai muito além de construir moradia. Ele também trabalha para trazer dignidade à família. Não se resume a cimento, tijolo, areia, ferro e blocos. Estamos falando da construção de um lar e há muitas outras coisas envolvidas. Não basta o padre falar ‘vamos fazer uma casa’. É a paróquia como um todo que precisa se conscientizar sobre as urgências do território paroquial e abraçar a causa, porque será um grande esforço”, destaca Emerson.

Loreнна lembra que além do mapeamento da realidade, é preciso pensar um plano de ação e de comunicação do projeto, bem como organizar as lideranças voluntárias: “A construção de cada casa traz um desafio próprio, e sem se entender os riscos no meio desse processo, a gente pode até perder a fé ou reduzir o projeto à construção com tijolos. O que eu diria a uma paróquia que pretende construir uma casa para uma família? Olha, é doído, mas é possível! É preciso ter pessoas com vontade, planejar bem, pois há muitos custos, e o padre tem de ter disposição para mobilizar pessoas e dar suporte às famílias”.

POR AMOR A DEUS E AO PRÓXIMO

Loreнна e Emerson conversaram com a reportagem do O SÃO PAULO na companhia de alguns dos voluntários do Projeto Solicitud. Questionados sobre o que lhes motiva a esta iniciativa, “o amor ao próximo”, “o amor a Deus”, a disposição em colocar os próprios dons em uma boa causa e a alegria em ver sonhos realizados foram aspectos comuns nas respostas de Sérgio Santiago, Francisca Deusimar, Márcio Nascimento e do casal de idosos Ednalvo e Rosani Barbosa.

A idealizadora do Projeto Solicitud lembrou, por fim, que a iniciativa tem nome e propósitos inspirados na encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, na qual São João Paulo II aponta que a solicitude social da Igreja tem como fim o desenvolvimento autêntico do homem e da sociedade: “O que fazemos é pautado no Evangelho. O trabalho social está na ponta, mas tudo na dimensão caritativa da evangelização da Igreja. Eu sempre digo que este projeto é uma forma que Deus nos deu para santificarmos nossas vidas”.

PROJETO SOLICITUDE – MISSIONÁRIOS DA REDENÇÃO

Instagram: @missionariosdaredencao

Central Redenção: (11) 95148-0875

Site: Redencao.org

Doações: doacao@redencao.org (chave PIX)

Conselho Permanente da CNBB debate temas pastorais e administrativos da Igreja

REDAÇÃO
osaopaulo@uol.com.br

Foi concluída na quinta-feira, 5, a primeira reunião do ano do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A programação teve início no dia 3, com as comemorações do bicentenário das relações diplomáticas entre o Brasil e a Santa Sé: houve uma sessão solene na Câmara dos Deputados, com a presença de episcopado brasileiro, bem como do Cardeal Lorenzo Baldisseri, enviado do Papa Leão XIV para a ocasião, e de Dom Giambattista Diquattro, Nuncio Apostólico no Brasil, que leu uma mensagem do Pontífice; e a missa em ação de graças na Catedral Metropolitana de Brasília, conforme noticiado na última edição do **O SÃO PAULO**. No mesmo dia, aconteceu uma recepção diplomática na Nunciatura Apostólica no Brasil.

VISITA À CÚRIA ROMANA E AO PAPA

A reunião prosseguiu no dia 4, quando a Presidência da CNBB apresentou um balanço da visita realizada aos Dicasterios da Cúria Romana e ao Papa em janeiro.

O Cardeal Jaime Spengler, Presidente da CNBB, re-

latou que o Pontífice fez sugestões à CNBB e manifestou preocupação com o acompanhamento humano, espiritual e canônico dos bispos eméritos. Na ocasião, Dom João Justino, 1º Vice-presidente da CNBB, apresentou o convite oficial para que o Santo Padre participe do Congresso Eucarístico Nacional, em 2027, em Goiânia (GO).

TEXTO FINAL DAS DGAE

Ainda no dia 4, os bispos receberam a versão final do texto das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE). Dom Leomar Brustolin, Presidente da Comissão das Diretrizes, detalhou que o objetivo geral das DGAE, ainda a ser aprovado, é “evangelizar, anunciando Jesus Cristo, como Igreja sinodal sustentada pela Palavra e pelos sacramentos, formando comunidades de discípulos missionários”.

Dom Leomar explicou que o texto está estruturado em seis capítulos: o primeiro fala da “tenda”, como imagem da comunidade e do encontro; o segundo trata da escuta dos sinais dos tempos; o terceiro fala do discernimento e da conversão pastoral, a partir dos eixos da comunhão, participação e missão; o quarto reflete sobre o povo de Deus em missão, com atenção especial ao laicato; o quinto apresenta os caminhos da missão; e

o sexto destaca os compromissos sinodais, com ênfase na conversão das relações, dos processos e dos vínculos.

Os bispos refletiram sobre a metodologia para aprovação do texto das Diretrizes na próxima Assembleia Geral, que será de 15 a 24 de abril, em Aparecida (SP).

EVENTOS E CAMPANHAS

Durante a reunião, o Padre Jean Poul, Secretário-executivo de Campanhas da CNBB, relatou que a Campanha da Fraternidade 2026 tem repercutido em todo o País, com formações sobre o tema “Fraternidade e Moradia” nas dioceses, além de sessões especiais em assembleias legislativas. Acerca da CF 2027, informou que já há um grupo trabalhando a redação do texto-base.

No último dia de atividades, os bispos representantes dos regionais finalizaram as apresentações das principais atividades realizadas, como encontros formativos, celebrações e articulações das pastorais sociais. Também houve a apreciação dos estatutos da Comissão Nacional de Presbíteros do Brasil (CNP) e da Organização dos Seminários e Institutos Filosófico-Teológicos do Brasil (Osib); além da apresentação do Padre Tiago Camargo como novo Secretário-adjunto de Pastoral.

(Com informações da CNBB)

Brasil tem alta de 4,7% no número de vítimas de feminicídio

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgou no dia 4 a pesquisa “Retrato dos Feminicídios no Brasil”, que revela um aumento de 4,7% nos casos de feminicídio no País: 1.568 vítimas em 2025 ante 1.492 em 2024.

No documento é explicado que os dados “são produzidos a partir da coleta dos Boletins de Ocorrência junto às Polícias Cíveis de todo o país” e que “considera-se feminicídio quando o crime decorre de violência doméstica e familiar em razão da condição de sexo feminino, ou quando decorre de menosprezo ou discriminação à condição feminina”. No comparativo de 2021 a 2025, o aumento no número de casos foi de 14,5%. No ano passado, o estado com a taxa mais elevada foi o Acre

(3,2 feminicídios por grupo de 100 mil mulheres). São Paulo está entre os com menores taxas (1,1), mas liderou o número de casos absolutos, 270. A tendência de alta continua: em janeiro passado, houve 27 feminicídios em todo o estado, contra 22 registrados em janeiro de 2025. Um recorte nos dados de 16 unidades da federação mostrou que 148 das vítimas de feminicídio em 2025 tinham medida protetiva de urgência. Outra análise também chama a atenção: 50% das vítimas no ano de 2024 (746 das 1.492 mulheres mortas) viviam em cidades de pequeno porte (de até 100 mil habitantes), sendo que somente 5% destes municípios contam com uma delegacia da mulher. Na avaliação do FBSP, essa predominância é

explicada pela ausência de infraestrutura especializada, barreiras geográficas e pressões sociais típicas de comunidades menores, como, por exemplo, o receio da mulher em denunciar que está sofrendo recorrentemente situações de violência física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial.

CRIADOS EM IGUAL DIGNIDADE

O respeito à dignidade humana é ressaltado pelo magistério da Igreja. O *Catecismo da Igreja Católica* aponta que “o homem e a mulher têm uma dignidade inamissível que lhes vem diretamente de Deus, seu Criador. O homem e a mulher são criados em idêntica dignidade, à imagem de Deus” (CIC 369).

São João Paulo II, na carta apostólica

Mulieris dignitatem (MD) recorda que o homem e a mulher, desde a Criação, “aparecem como ‘unidade dos dois’”, sendo chamados, desde o início, “não só a existir ‘um ao lado do outro’ ou ‘juntos’, mas, também, a existir reciprocamente ‘um para outro’” (MD 7). Entretanto, o pecado desencadeou a perturbação dessa relação original e leva ao risco constante de desrespeito a essa “unidade dos dois”. O Pontífice indica que “somente a igualdade, resultante da dignidade de ambos como pessoas, pode dar às relações recíprocas o caráter de uma autêntica ‘*communio personarum*’ (comunhão de pessoas)” (MD 10).

Leia mais sobre a dignidade da mulher no editorial desta edição do jornal.

(Com: FBSP e Agência Brasil)

Filme sobre São José estará em cartaz a partir do dia 12

Inspirado em histórias reais, o filme “O Guardião – Sob a Proteção de São José” estreia em cinemas de todo o Brasil no dia 12 deste mês, abordando temas como paternidade, vocação, fé e restauração dos vínculos familia-

res, além de propor uma reflexão atual sobre o papel do homem na família e a ação silenciosa de São José na vida das pessoas. No enredo, uma violinista talentosa e seu marido, jornalista de rádio, atravessam uma profunda cri-

se conjugal, marcada pelo desgaste da convivência e pelas dificuldades financeiras que fragilizam a vida familiar. Em meio a uma investigação jornalística, o esposo tem contato com relatos reais de pessoas que atribuem a São José

mudanças significativas em suas vidas. Esses testemunhos o conduzem a uma reflexão sincera sobre sua responsabilidade como esposo e pai.

No Brasil, o filme tem a distribuição da *Kolbe Arte* (<https://kolbearte.com.br>).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A FUNDAÇÃO METROPOLITANA PAULISTA, CNPJ/MF nº 50.951.847/0001-20, nos termos do artigo 8º, *caput*, primeira parte, do Estatuto alterado e consolidado em 30.03.2017, devidamente registrado sob nº 718.169, junto ao Terceiro Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo em 17.05.2017, convoca os membros do Conselho Curador para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em sua sede à Av. Higienópolis nº 890, sala 16, São Paulo, SP, na data de 26 de março de 2026, às 14:00 horas, em primeira chamada, com todos os membros do Conselho Curador; e, às 14:30 horas, em segunda chamada, com os membros do Conselho Curador que estiverem presentes. A Assembleia Geral Ordinária terá como pauta: 1 – Apresentação do relatório de atividades dos Órgãos de Serviços (artigos 12, e 24, *caput*, estatuto); 2 – Revisão de enquadramento de classe da Rádio 9 de Julho perante o Ministério das Comunicações; 3- Assuntos ordinários dos Órgãos de Serviços (art. 10, § 2º, estatuto); 4- Outros assuntos. São Paulo, 09 de março de 2026. **Presidente da Fundação Metropolitana Paulista.**

Dom Odilo Pedro Scherer
Presidente
Fundação Metropolitana Paulista

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, fica convocado a sra. **CLARISSA FIGUEIRA BRANDÃO OTSUKA**, com endereço desconhecido, para que compareça de terça a sexta-feira, das 13h às 16h, ao Tribunal Eclesiástico de São Paulo, sito à Av. Nazaré 993 – Ipiranga – São Paulo – SP, para tratar de assunto que lhe diz respeito.

São Paulo, 09 de março de 2026
Dom Rogério Augusto das Neves
Vigário Judicial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

22 de março de 2026, às 07h30

Na qualidade de Presidente da **RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA NA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO** (“RCC”), com sede na Rua Henry Charles Potel, 286, Jardim Elisio, São Paulo/SP, 02862-000, e nos termos do art. 14, parágrafo único, do Estatuto Social em vigor, CONVOCA (i) os membros deliberativos (presidente, vice presidente, representantes regionais membros do Conselho Deliberativo) e (ii) os membros consultivos (Assessor Eclesiástico, membros Coordenadores dos Grupos de Oração do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, Coordenadores dos Ministérios Arquidiocesanos, e demais listados no art. 8º, Parágrafo Segundo, do Estatuto Social), estes últimos para permanecerem juntos e em oração, sem direito a voto, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 22 de março de 2026 no Salão do Centro Pastoral São José do Belém - Avenida Álvaro Ramos, 366 - Belém (próximo da Estação Belém do Metrô), com início às 07h30, em primeira convocação com maioria absoluta dos membros ou meia hora depois, com a presença da maioria absoluta de seus membros deliberativos, para deliberarem sobre os seguintes temas:

- 1-Apresentação dos balanços:se relatórios financeiro e contábil referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2025;
 - 2-Nova Sede da RCC Arquidiocese de SP - Projetos e Reformas;
 - 3-Regimento Interno, compilação.
 - 4-Definição -Agenda 2026;
 - 5-Repasse do Direcionamento no ENF26 e
 - 6- Outros temas de interesse geral.
- O presente Edital será divulgado em jornal de grande circulação e afixado no sítio eletrônico da RCC. Obs.: A primeira atividade será às 08h00 com a Santa Missa. São Paulo, 19 de fevereiro de 2026.

José Roberto das Candeias
Presidente do Conselho da RCC
Arquidiocese de SP (11) 94035-4805

LAPA

Dom Odilo ordena ao diaconato o religioso rogacionista Digno Silvero



BENIGNO NAVEIRA
COLABORADOR DE COMUNICAÇÃO NA REGIÃO

Pela imposição das mãos do Cardeal Odilo Pedro Scherer, Arcebispo Metropolitano de São Paulo, foi ordenado diácono o Irmão Digno Silvero Duarte, RCJ, da Província Rogacionista São Lucas, em missa no sábado, 7, na Paróquia São Pedro Apóstolo, no Central Parque, Decanato São Simão.

A missa teve entre os concele-

brantes os Padres Geraldo Tadeu Furtado, RCJ, Superior Provincial dos Rogacionistas; e Renan Pinheiro de Oliveira, RCJ, Pároco.

O rito de ordenação começou após a proclamação do Evangelho, com a apresentação do candidato ao diaconato, e teve como momento central a imposição das mãos do Arcebispo e a prece de ordenação, realizado após a homilia. Em seguida, o novo diácono foi revestido com a estola e a dalmática.

Ao término da celebração, o Diácono Digno Silvero agradeceu a presença de Dom Odilo, do Superior Provincial, dos demais padres, familiares e amigos, e convidou a todos para uma confraternização no salão paroquial.

O agora Diácono realizou a profissão perpétua como religioso rogacionista em outubro de 2025, com o lema “Eles, imediatamente, deixaram as redes e o seguiram” (Mt 4,20).

13 alunos concluem o Curso de Teologia para Agentes de Pastoral

Após quatro anos e meio de estudos, 13 pessoas concluíram o Curso de Teologia para Agentes de Pastoral (CTAP) da Região Lapa, feito totalmente *on-line*, com estudantes de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Ceará.

A entrega de certificados de conclusão aos estudantes da turma Nossa Senhora da Lapa, como escolheram chamá-la e cuja a paraninfa foi a professora Cleide Giusti, aconteceu no sábado, 7, na Comunidade São Joaquim e Sant’Ana, no Jardim Humaitá, que pertence a Paróquia

Nossa Senhora de Fátima, Decanato São Simão, após a missa presidida por Dom Edilson de Souza Silva, e concelebrada por Dom Fernando José Penteado, Bispo Emérito de Jacarezinho (PR), e pelo Padre Josky Menga, IMC, com assistência do Diácono Seminarista Fabiano Henrique da Silva.

No início da missa, o Bispo Auxiliar da Arquidiocese na Região Lapa saudou os formandos, os professores e coordenadores, cumprimentando-os pela caminhada concluída. Antes da bênção final, os alunos realizaram

o juramento.

Há 31 anos, o CTAP atua na formação e multiplicação de evangelizadores, ajudando-os a crescer na fé, na identidade cristã, na intimidade com a Palavra de Deus, no serviço à evangelização e na ação missionária.

Ao final do evento de graduação, Carmem Cecília de Souza, a Caci, coordenadora do curso, agradeceu a presença dos bispos, do padre e do seminarista, e parabenizou os alunos pela conclusão do curso, e os professores pela dedicação em bem formá-los. (BN)



Teve início no domingo, 8, a novena do padroeiro da **Paróquia São Patrício**, Decanato São Bartolomeu, com missa presidida por Dom Edilson de Souza Silva e concelebrada pelos Padres Orisvaldo da Silva Carvalho, Pároco, e Felipe de Moraes, com a assistência dos Diáconos Paulo José e Ronaldo Nina. A memória litúrgica de São Patrício é celebrada em 17 de março, ocasião em que haverá missa solene na Paróquia às 19h. Saiba mais detalhes sobre a festa por meio do Instagram: @paroquiasaopatricio.

(por Diácono Ronaldo Nina e Pascom São Patrício)



No dia 3, na Paróquia Nossa Senhora da Lapa, Decanato São Simão, aconteceu a **reunião das secretárias e secretários das paróquias da Região Lapa**, com a participação de Dom Edilson de Souza Silva e do Padre Pedro Augusto Ciola de Almeida, Assistente Eclesiástico da Pastoral das(os) Secretárias(os). Padre Sérgio Lucas Câmara, Pároco da Paróquia Nossa Senhora Mãe do Salvador, mais conhecida como Cruz Torta, Decanato São Simão, Doutor em Psicologia, palestrou sobre o tema “Psicologia do acolhimento no atendimento paroquial”.

(por Benigno Naveira, com informações Maria Tiemi)



A Paróquia São João Bosco, no Alto da Lapa, Decanato São Simão, sediou, no dia 3, o **encontro regional de formação dos catequistas do sacramento Batismo**, conduzido por Dom Edilson de Souza Silva.

(por Benigno Naveira, com informações de Marlene Raulino)

SANTANA



No dia 4, Dom Márcio Antonio Vidal de Negreiros, OSA, presidiu missa na **Paróquia Santa Rita de Cássia**, Decanato São Tiago de Zebedeu. Concelebraram os frades agostinianos Maurício José Manosso Rocha, OSA, Prior Provincial da Província Agostiniana no Brasil; Pedro Higo, OSA, Pároco; Eliseo Lópes Bardon, OSA, Vigário Paroquial; Antônio Rafael Magalhães, OSA, Vigário Paroquial; João Marcos Borba, OSA; e Gutemberg de Albuquerque Machado, OSA. Entre os participantes da missa esteve a Irmã Maria Vasconcelos Fróes, madre superiora das Irmãs Agostinianas Servas de Jesus e Maria.

(por Fernando Fernandes)



No domingo, 8, na **Paróquia Nossa Senhora Aparecida**, Parque Edu Chaves, Decanato São Matias, Dom Márcio Antonio Vidal de Negreiros, OSA, presidiu missa durante a qual apresentou o Padre Denis Oliveira Alves como Vigário Paroquial e apresentou o Diácono Ranério Sampaio Martinho como Assistente Pastoral. Concelebrou o Padre Nicoló Stauble, Pároco. Na homilia, o Bispo Auxiliar da Arquidiocese na Região Santana destacou que a Igreja é o lugar onde o povo encontra o verdadeiro manancial capaz de saciar a sede espiritual. Inspirado no Evangelho sobre a samaritana (cf. Jo 4,5-42) e nas reflexões de Santo Agostinho, o Bispo recordou que somente em Deus o ser humano encontra a verdadeira água viva que preenche o coração e conduz à vida plena.

(por Marcelo Fagner)



Em missa no sábado, 7, na **Paróquia Nossa Senhora Aparecida**, no Jardim São Paulo, Decanato São Judas Tadeu, Dom Márcio Antonio Vidal de Negreiros, OSA, conferiu o sacramento da Confirmação a 13a jovens e sete adultos. Concelebrou o Padre Humberto Robson de Carvalho, Pároco, com a assistência do Diácono Alberto Borges.

(por Simone Arruda)

IPIRANGA



No dia 3, os fiéis da **Paróquia Nossa Senhora de Sião**, Decanato São Marcos, acolheram Dom Celso Alexandre, Bispo Auxiliar da Arquidiocese na Região Ipiranga, que presidiu missa, concelebrada pelos Padres Maércio Ângelo Pissinati Filho, Pároco, e Fausto de Carvalho Marinho, Decano e Pároco da Paróquia São José da Vila Zelina.
(por Karen Eufrosino)



Na manhã da sexta-feira, 6, os membros do Apostolado da Oração da **Paróquia Imaculada Conceição**, Decanato São Marcos, participaram da Hora Santa e da missa presidida por Dom Celso Alexandre e concelebrada pelo Padre Boris Agustín Nef Ulloa, Pároco. Juntos, rezaram pelo desarmamento e pela paz, intenção do Papa Leão XIV para o mês de março. Após a missa, os paroquianos participaram de um café comunitário, aproveitando a oportunidade para melhor conhecer o Bispo Auxiliar da Arquidiocese na Região Ipiranga.
(Com informações do Facebook paroquial)



Em visita à **Paróquia Santa Cândida**, Decanato São Marcos, no dia 4, Dom Celso Alexandre presidiu missa, concelebrada pelo Padre Anderson Marçal, Pároco. Na sequência, o Bispo Auxiliar da Arquidiocese na Região Ipiranga fez a abertura do Curso de Eclesiologia, para os mais de 150 alunos inscritos. O módulo faz parte do Curso de Capacitação Teológica, que, desde 2021, oferece formação aos paroquianos e pessoas de outras comunidades que desejam aprofundar seus conhecimentos bíblicos, sobre fé, doutrina e vida eclesial.
(por Pascom Paroquial)



No sábado, 7, foi realizada a **Assembleia do Encontro de Casais com Cristo da Região Ipiranga**, na Paróquia Nossa Senhora das Mercês, Decanato Santo André. O encontro foi aberto com a celebração eucarística, presidida por Dom Celso Alexandre, concelebrada pelo Frei Demerval Reis Soares Filho, O.de M., Pároco. Participaram casais pertencentes ao conselho do ECC, dirigentes paroquiais e convidados. Entre os assuntos abordados esteve a exposição das estatísticas de 2025 (paróquias motivadas e encontros realizados), a apresentação do balancete e a montagem do calendário das atividades de 2026.
(por Kelly e Elton Magnano)



Na sexta-feira, 6, os fiéis do **Santuário Arquidiocesano Nossa Senhora Aparecida**, Decanato São Marcos, participaram da adoração ao Santíssimo Sacramento, com a Hora Santa, e, depois, da missa presidida por Dom Celso Alexandre e concelebrada pelos Padres Zacarias José de Carvalho Paiva, Pároco e Reitor; José Osterno de Aquino, Vigário Paroquial; Sidinei Lang, Colaborador Pastoral; e Luiz Carlos Ferreira Tose Filho, com assistência do Diácono Luís Henrique Massonetto. Na homilia, o Bispo Auxiliar da Arquidiocese na Região Ipiranga destacou a importância do perdão e recordou o pedido do Papa Leão XIV de que todos rezem pela paz no mundo e que os cristãos busquem firmemente a conversão neste tempo de Quaresma. Após a celebração, Dom Celso se reuniu com paroquianos e agentes de pastoral da comunidade, apresentando-se e participando de um momento de partilha.
(por Duílio Santos)



No domingo, 8, foi realizada a missa de posse canônica do Frei Gilson M. de Lima Freitas, OSM, como Pároco da **Paróquia Nossa Senhora das Dores e São Peregrino**, Decanato São Marcos, presidida por Dom Celso Alexandre, Bispo Auxiliar da Arquidiocese na Região Ipiranga. Além do recém-empossado, foram concelebrantes o Frei Moisés M. De Oliveira Coelho, OSM, – Pároco anterior que parte em missão para a Paróquia Nossa Senhora da Oração, em Turvo (SC) – e o Frei Dilermando M. Ramos, OSM, Vigário Paroquial, com assistência do Diácono Frei Mário Sérgio, OSM.
(por Karen Eufrosino)

A **Casa da Solidariedade** celebrou, no sábado, 7, seus 27 anos de criação, com missa presidida pelo Padre Benedito Vicente de Abreu, Assistente Eclesiástico da Casa e Pároco da Paróquia Nossa Senhora das Graças, e concelebrada pelo Padre Agnaldo Costa Júnior, MSFS, responsável pela Paróquia Pessoal Francesa São Francisco de Sales. Além dos atendidos e voluntários, participaram agentes das Pastorais da Juventude, do Povo da Rua e Operária, integrantes do Cursinho Vito Giannotti e de movimentos de moradia. A Casa foi criada como gesto concreto da Campanha da Fraternidade de 1999 – “Sem trabalho, por quê?”, e atende desempregados, oferecendo capacitações e criando um espaço de acolhimento aos diversos problemas enfrentados por aqueles que buscavam recolocação no mercado de trabalho. Hoje, a entidade oferece cursos de Corte e Costura, Cuidador de Idosos, Espanhol (Castelhano), Francês, Inglês, Informática Básica, Cursinho Pré-Vestibular/Enem, além do atendimento aos Grupos de Mulheres, de Estudo Bíblico (assessorado pelo CEBI), de Pessoas em Situação de Rua e da Pastoral Operária.
(por Karen Eufrosino, com informações de Eduardo Paludette)



SÉ

Paróquia Nossa Senhora Achiropita celebra 100 anos de história

POR PASCOM PAROQUIAL

A Paróquia Nossa Senhora Achiropita, Decanato São João Evangelista, celebrou, no dia 4, o seu centenário de fundação. A missa solene em ação de graças foi presidida pelo Padre Rodinei Carlos Thomazella, PODP, Diretor Provincial dos Orionitas, e concelebrada pelos Padres Adilson Rodrigues dos Santos, PODP, Pároco; Atalmir Gabriel Jonas da Silva, PODP, Vigário paroquial, e outros sacerdotes desta congregação religiosa.



Pascom paroquial

Fundada em 1926 por imigrantes italianos devotos de Nossa Senhora Achiropita, a Paróquia nasceu a partir de encontros de oração realizados nas

casas dos fiéis do bairro. Com o crescimento da comunidade, foi construída uma capela na Rua Treze de Maio, que posteriormente deu origem à Paróquia

confiada aos religiosos da Pequena Obra da Divina Providência (PODP).

Ao longo de um século, a comunidade se consolidou como referência de fé e devoção na cidade, mantendo também obras sociais voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, sustentadas em parte pela tradicional Festa de Nossa Senhora Achiropita, realizada no mês de agosto e integrante do calendário oficial da cidade.

Saiba mais detalhes sobre a Paróquia por meio do site <https://achiropita.org.br>.



Pascom paroquial

No domingo, 8, na **Paróquia São Domingos**, Decanato São João Evangelista, sete jovens e adultos receberam o Sacramento da Crisma, em missa presidida por Dom Rogério Augusto das Neves e concelebrada pelo Frei Bruno Moreira, OP, Pároco.

(por Pascom paroquial)

No dia 1, o grupo de jovens JUCA (Juventude Católica), retomou suas atividades na **Paróquia São Joaquim**, Decanato São Tiago de Alfeu, reunindo adolescentes e jovens da comunidade após alguns anos de pausa. O encontro teve início com a celebração da missa. Em seguida, participaram de momentos de oração, dinâmicas, partilha e convivência fraterna. O JUCA é aberto a jovens entre 14 e 29 anos. Interessados podem obter informações pelo Instagram: @juventude_catolica.

(por Juventude Católica)



Pascom paroquial

Na sexta-feira, 6, Dom Rogério Augusto das Neves, Bispo Auxiliar da Arquidiocese na Região Sé, conferiu o sacramento da Crisma a 54 jovens e adultos da **Paróquia Santa Generosa**, Decanato São Tiago de Alfeu. Dentre eles, 14 também receberam o Batismo. Concelebrou o Padre Cássio Pereira de Carvalho, Pároco.

(por Pascom paroquial)



Pascom paroquial

Em 28 de fevereiro, a **Paróquia Imaculado Coração de Maria**, Decanato São João Evangelista, promoveu uma manhã de formação litúrgica, com a participação de mais de 80 pessoas. Após a acolhida feita pelo Padre Wellington Cardoso Brandão, CMF, Pároco, o encontro foi conduzido pelo Cônego Helmo Faccioli, Assistente Eclesiástico regional para a Liturgia, que apresentou reflexões sobre o significado da Liturgia e sua centralidade na vida da Igreja.

(por Pascom Paroquial)



Arquivo pessoal

No sábado, 7, mais de 20 jovens da **Paróquia da Assunção de Nossa Senhora**, Decanato São Tomé, participaram de uma ação solidária em parceria com a Missão Belém e com o Projeto Vida Nova, dedicando-se ao preparo de refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade acolhidas pelas instituições. Paroquianos também contribuíram financeiramente para a realização da ação solidária.

(por jovens da Paróquia Assunção de Nossa Senhora)

BELÉM



Pascom paroquial

No dia 3, na Paróquia Santo Antônio de Lisboa, aconteceu a missa de abertura do **Curso de Teologia para Leigos do Decanato São Lucas**, presidida pelo Cônego José Miguel Oliveira, Vigário-geral Adjunto da Região Belém, e concelebrada pelo Cônego Marcelo Monge, Pároco; e pelos Padres Cristian Uptmoor, Vigário Paroquial; Fabiano Alcides Pereira, Administrador Paroquial da Paróquia São Paulo Apóstolo; e João Bechara Ventura, Vigário Paroquial da Paróquia Bom Jesus dos Passos, na Região Sé, um dos professores deste ano. A assistência da missa foi dos Diáconos Marcel Martins e Elias Júlio da Silva.

(por Cônego Marcelo Monge)



Pascom paroquial

Em missa na noite da quinta-feira, 5, Dom Cícero Alves de França, Bispo Auxiliar da Arquidiocese na Região Belém, deu posse ao Padre Vanderlei Roque, SDS, como Pároco da **Paróquia São João Batista**, Decanato Sant'Ana e São Joaquim. Concelebraram padres da Congregação dos Salvatorianos e da Arquidiocese de São Paulo, com a assistência do Diácono Carlos Ribeiro, Assistente Pastoral da Paróquia.

(por Dênis Medeiros)



Pascom paroquial

Dom Cícero Alves de França deu posse na manhã do domingo, 8, ao Padre Rafael M. Borges de Oliveira, CRSP, como Pároco da **Paróquia São Rafael Arcanjo**, na Mooca, Decanato Santa Maria e São José, e apresentou o Padre Fernando M. Mizael Barbosa, CRSP, como Vigário Paroquial. Concelebrou a Eucaristia Dom Antônio Luiz Catelan Ferreira, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, além de sacerdotes da Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo.

(por Kaique Mazaia)

BRASILÂNDIA

Toma posse o novo Pároco da Paróquia Imaculado Coração de Maria

LILLIAN MAGALHÃES
COLABORAÇÃO ESPECIAL PARA A REGIÃO

Na noite do sábado, 7, os fiéis da Paróquia Imaculado Coração de Maria, Decanato São Filipe, reuniram-se na Comunidade Nossa Senhora das Dores para a missa em que Dom Carlos Silva, OFMCap., deu posse ao Padre Antônio Cláudio Neres de Souza, CRL, como Pároco e apresentou o Padre Evandro Marques Pereira, CRL, como Vigário Paroquial.

Além dos dois sacerdotes foram celebrantes padres da Ordem dos Cônegos Regulares Lateranenses (CRL) e do clero atuante na Região Brasilândia:



Alessandra Godoy

Padres Rafael de Araújo Nolli, Administrador Paroquial da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, na Vila Souza; Silvio Costa Oliveira, Pároco da Paróquia Santos Apóstolos; Reinaldo Torres, Pároco da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, na Vila Dionísia; Ramilson do Nascimento Silva, Administrador Paroquial

da Paróquia Espírito Santo; Walter Merlugo Júnior, Pároco da Paróquia Nossa Senhora das Dores; e Erly Avelino Guillén Moscoso, Pároco da Paróquia Santa Terezinha, na Vila Santa Terezinha.

Também participaram religiosas da Congregação das Irmãs Escolares e das Irmãs Xaverianas, além de irmãos da

Congregação do Santíssimo Redentor (Redentoristas).

Na homilia, o Bispo Auxiliar da Arquidiocese na Região Brasilândia, aludindo ao Evangelho do 3º Domingo da Quaresma, destacou o encontro de Jesus com a samaritana como sinal do amor simples e transformador de Deus, que oferece vida nova a todos os que se abrem à Sua graça.

Ao final, Dom Carlos Silva suplicou a bênção de Deus sobre o Pároco e o Vigário Paroquial, bem como aos fiéis que atuam nas pastorais, movimentos e comunidades da Paróquia, para que, de forma sinodal, possam realizar a missão que lhes foi confiada.

No dia 5 na Paróquia Santa Cruz de Itaberaba, Decanato São Pedro, o **Apostolado da Oração da Região Brasilândia** realizou seu encontro mensal, conduzido pelo Padre Walter Merlugo Júnior, Assistente Eclesiástico regional do movimento e Pároco da Paróquia Nossa Senhora das Dores, Decanato Santa Isabel e São Zacarias. O encontro também contou com a participação do Padre Otoniel Proffiro de Moraes, Colaborador da mesma Paróquia. Ao final, foi comemorado o aniversário natalício do Padre Walter, bem como dos demais membros do Apostolado aniversariantes neste mês. *(por Silvano Jacobino)*



Cristiane Pinho

Representantes das paróquias da Região Brasilândia participaram, em 28 de fevereiro, da **apresentação da campanha da Pastoral do Dízimo de 2026**, que tem como tema “Partilhe seu dízimo com alegria”, inspirado na passagem bíblica de 2Cor 9,7, que convida os fiéis a realizarem sua contribuição de forma consciente e generosa. Durante o encontro, foram apresentados os materiais que irão subsidiar as ações da Pastoral nas comunidades: cartazes, folders, banners e marca-páginas, que estarão disponíveis para as paróquias a partir do mês de abril. A apresentação foi conduzida pelo Padre Pedro Ricardo Pieroni, Assistente Eclesiástico regional da Pastoral do Dízimo, e Cooperador na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, Decanato São Pedro. Na ocasião, ele destacou a importância do dízimo como expressão de fé, gratidão e compromisso com a missão evangelizadora da Igreja. *(por Padre Pedro Ricardo Pieroni)*

Atos da Cúria

NOMEAÇÃO E PROVISÃO DE PÁROCO

Em 13/02/2026, foi nomeado e provisionado como **Pároco da Paróquia Nossa Senhora do Carmo – Basílica**, no bairro Bela Vista, Decanato São João Evangelista, Região Episcopal Sé, o **Reverendíssimo Frei José Ivanildo Justino, O.Carm.**, pelo período de **06 (seis) anos**.

Em 13/02/2026, foi nomeado e provisionado como **Pároco da Paróquia Santa Teresa de Jesus**, no bairro Itaim, Decanato São Tomé, Região Episcopal Sé, o **Reverendíssimo Frei Renê Augusto Vilela da Silva, O.Carm.**, pelo período de **06 (seis) anos**.

Em 27/02/2026, foi nomeado e provisionado como **Pároco da Paróquia São Sebastião**, no bairro Mascarenhas de Moraes, Decanato São Timóteo, Região Episcopal Belém, o **Reverendíssimo Padre Francisco de Assis Coqueiro, MCCJ**, pelo período de **06 (seis) anos**.

PRORROGAÇÃO DA NOMEAÇÃO E PROVISÃO DE PÁROCO

Em 27/02/2026, foi prorrogada a nomeação e provisão como **Pároco da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro**, no bairro Vila Diva, Decanato Santa Maria Madalena, Região Episcopal Belém, do **Reverendíssimo Cônego Walter Caldeira**, pelo período de **01 (um) ano**.

Em 27/02/2026, foi prorrogada a nomeação e provisão como **Pároco da Paróquia Nossa Senhora Aparecida**, no bairro Vila Carrão, Decanato São Lucas, Região Episcopal Belém, do **Reverendíssimo Padre Syllas Reschilliani**, pelo período de **02 (dois) anos**.

NOMEAÇÃO E PROVISÃO DE VIGÁRIO PAROQUIAL

Em 13/02/2026, foi nomeado e provisionado como **Vigário Paroquial da Paróquia Nossa Senhora do Carmo – Basílica**, no bairro Bela Vista, Decanato São João

Evangelista, Região Episcopal Sé, o **Reverendíssimo Frei Kardiaman Caverius Simbolon, O.Carm.**, pelo período de **01 (um) ano**.

NOMEAÇÃO E PROVISÃO DE CAPELÃO

Em 13/02/2026, foi nomeado e provisionado como **Capelão da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Venerável Ordem Terceira do Carmo**, no bairro Centro, Decanato São João Evangelista, Região Episcopal Sé, o **Reverendíssimo Frei Atanael de Almeida Lima, O.Carm.**, pelo período de **02 (dois) anos**.

PRORROGAÇÃO DA NOMEAÇÃO E PROVISÃO DE CAPELÃO

Em 23/02/2026, foi prorrogada a nomeação e provisão como **Capelão da Igreja Santo Antonio**, no bairro Centro, Decanato São João Evangelista, Região Episcopal Sé, do **Reverendíssimo Padre Cesare Ciceri, CS**, pelo período de **02 (dois) anos**.

PRORROGAÇÃO DA NOMEAÇÃO E PROVISÃO DE ASSISTENTE ECLESIASTICO DE PASTORAL

Em 28/02/2026, foi prorrogada a nomeação e provisão como **Assistente Eclesiástico da Pastoral do Menor da Região Lapa**, do **Reverendíssimo Padre Hayang Lim Koo (Padre Daniel)**, pelo período de **02 (dois) anos**.

Em 28/02/2026, foi prorrogada a nomeação e provisão como **Assistente Eclesiástico da Pastoral da Comunicação da Região Lapa**, do **Reverendíssimo Padre Eduardo Augusto de Andrade**, pelo período de **02 (dois) anos**.

NOMEAÇÃO E PROVISÃO DE ASSISTENTE PASTORAL

Em 26/02/2026, foi nomeado e provisionado como **Assistente Pastoral da**

Paróquia Nossa Senhora Aparecida, no bairro Vila Zatt, Decanato Santa Isabel e São Zacarias, Região Episcopal Brasilândia, o **Diácono Permanente Nelson da Silva**, *“até que se mande o contrário”*.

Em 26/02/2026, foi nomeado e provisionado como **Assistente Pastoral da Paróquia Nossa Senhora do Retiro**, no bairro Jardim Cidade Pirituba, Decanato Santa Isabel e São Zacarias, Região Episcopal Brasilândia, o **Diácono Permanente João Gundes de Barros**, *“até que se mande o contrário”*.

POSSES DE OFÍCIO

Em 08/03/2026, foi dada a posse canônica como **Vigário Paroquial da Paróquia Nossa Senhora da Piedade**, bairro Jardim Vila Zilda, Decanato São Matias, com o encargo específico de promover a assistência religiosa e coordenar as atividades missionárias e pastorais da **Área Missionária Santa Cruz**, Região Episcopal Sant’Ana, ao **Reverendíssimo Padre Lucas Antônio Gobbo Custódio, CR**.

Em 05/03/2026, foi dada a posse canônica como **Pároco da Paróquia São João Batista**, bairro Jardim Colonial, Decanato Sant’Ana e São Joaquim, Região Episcopal Belém, ao **Reverendíssimo Padre Vanderlei Roque Signorini, SDS**.

Em 01/03/2026, foi dada a posse canônica como **Pároco da Paróquia São José de Anchieta**, bairro Jardim Vera Cruz, Decanato Sant’Ana e São Joaquim, Região Episcopal Belém, ao **Reverendíssimo Padre Marcelo Jordan Vaz Silva**.

Em 01/03/2026, foi dada a posse canônica como **Vigário Paroquial da Paróquia Nossa Senhora das Graças**, bairro Vila Califórnia, Decanato Santa Maria Madalena, Região Episcopal Belém, ao **Reverendíssimo Padre Carlos André Romualdo**.

Em 01/03/2026, foi dada a posse ca-

nônica como **Vigário Paroquial da Paróquia Santa Maria Madalena**, bairro Parque Santa Madalena, Decanato São Timóteo, Região Episcopal Belém, ao **Reverendíssimo Padre José Antônio Cruz Nunes**.

Em 01/03/2026, foi dada a posse canônica como **Pároco da Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus**, bairro Jardim Sidney, Decanato Santa Isabel e São Zacarias, Região Episcopal Brasilândia, ao **Reverendíssimo Padre Álvaro Moreira Gonçalves**.

Em 01/03/2026, foi dada a posse canônica como **Vigário Paroquial da Paróquia São Luiz Gonzaga**, bairro Jaçanã, Decanato São Matias, Região Episcopal Sant’Ana, ao **Reverendíssimo Padre José Lorenzo de Maria, CR**.

Em 01/03/2026, foi dada a posse canônica como **Vigário Paroquial da Paróquia São Benedito**, bairro Vila Nova Carolina, Decanato São Matias, Região Episcopal Sant’Ana, ao **Reverendíssimo Padre Jeverson de Andrade Santos, CSJ**.

Em 26/02/2026, foi dada a posse canônica como **Pároco da Paróquia Sagrado Coração de Jesus**, bairro Campos Elíseos, Decanato São Paulo, Região Episcopal Sé, ao **Reverendíssimo Padre Tércio Rodrigo Santos da Silva, SDB**.

Em 22/02/2026, foi dada a posse canônica como **Pároco da Paróquia Santa Teresinha**, bairro de Higienópolis, Decanato São Tiago de Alfeu, Região Episcopal Sé, ao **Reverendíssimo Frei Emerson Santos Oliveira, OCD**.

Em 22/02/2026, foi dada a posse canônica como **Vigário Paroquial da Paróquia Santa Teresinha**, bairro de Higienópolis, Decanato São Tiago de Alfeu, Região Episcopal Sé, ao **Reverendíssimo Frei Everaldo Abril Pontes, OCD**.

Irlanda

Jovens católicos buscam clareza doutrinal, não adaptabilidade, afirma bispo

JOSÉ FERREIRA FILHO
osaopaulo@uol.com.br

A próxima geração de jovens católicos está menos interessada em uma Igreja que se adapta à cultura moderna. Pelo contrário, ela se sente atraída, em um mundo fragmentado, por uma Igreja com uma base doutrinal sólida e firmemente ancorada, afirmou Dom Niall Coll, Bispo de Raphoe, na Irlanda.

Em um evento de lançamento de um livro católico em Dublin, capital do país, o Bispo declarou que os jovens nascidos após 1995 buscam “clareza, coerência e tradição”.

“Esses jovens, tendo crescido inteiramente em meio a uma sobrecarga de informações e em uma cultura pós-cristã, digital e moralmente fragmentada, não têm memória alguma herdada da Irlanda católica. Frequen-

temente convertidos, eles são atraídos pela solidez doutrinal, pela profundidade sacramental e pela continuidade com a tradição da Igreja. Para eles, a Igreja reside na verdade que é exigente e inteligível no corpo, não na adaptabilidade, frequentemente defendida pelos reformadores da Igreja.”

As declarações do Bispo surgem no momento em que a Igreja Católica na Irlanda se prepara para sua Assembleia Sinodal Nacional. O evento é o ponto culminante do Caminho Sinodal Irlandês, um processo de cinco anos lançado pela Conferência Episcopal Irlandesa em 2021, que busca envolver o clero, as ordens religiosas e os leigos em um diálogo sobre a governança e a missão da Igreja.

Dom Niall também observou que a sinodalidade, “se não estiver ancorada nas Escrituras e

na doutrina, corre o risco de se transformar em discussões intermináveis sem direção”, o que, por sua vez, se configura como “um dos desafios mais urgentes: a catequese e a formação de catequistas”.

“Uma igreja sinodal requer não apenas participação, mas também compreensão; não apenas voz, mas também formação. O povo de Deus não pode discernir em conjunto a menos que consiga articular o que crê e por quê.”

“A sinodalidade deve conciliar escuta e ensino, discernimento e autoridade. A tarefa não é escolher entre sinodalidade e tradição, mas integrá-las”, disse o Bispo. Embora a renovação possa “ser lenta e, às vezes, irregular”, ela exige, no entanto, “clareza teológica constante e profundidade espiritual”, acrescentou ele.

Fonte: UCA News

Liturgia e Vida

4º DOMINGO DA QUARESMA
15 DE MARÇO DE 2026

‘Para que as obras de Deus se manifestem’

PADRE JOÃO BECHARA VENTURA

Ao parálitico curado, Jesus dissera: “Não tornes a pecar, para que não aconteça coisa pior” (Jo 5,14). Depois, perguntaram-lhe acerca de um cego: “Quem pecou para que nascesse assim?” (Jo 9,2). O Senhor, porém, declarou que este mal não era devido ao pecado, mas “serve para que as obras de Deus se manifestem nele” (Jo 9,3). Assim, mostrou que é temerário estabelecer relação direta entre os males sofridos e os pecados individuais próprios ou alheios.

Por vezes, Deus permite que passemos por “correções”. Doenças, perdas e infortúnios nos levam a refletir, a sermos humildes e a nos voltarmos para o Senhor e para o próximo. Em outras ocasiões, nossos sofrimentos são causados por nossas próprias más escolhas, pela vida desregrada e pela teimosia. Há, porém, quem prove males nesta vida sem ter qualquer culpa direta. Isso ocorreu com Cristo e com os santos.

Antes de se avaliarem as possíveis causas morais dos sofrimentos próprios ou alheios, é preciso lembrar: “Não julgo segundo os critérios do homem: o homem vê as aparências, o Senhor vê o coração” (1Sam 16,7). O justo Jó sofreu mais do que qualquer pecador; a Virgem Imaculada presenciou a morte do próprio Filho; e Jesus, o Verbo encarnado, sofreu mais do que todos os seres humanos. Poderíamos acrescentar a essa lista tantos sofrendores inocentes: Santa Teresinha, São Padre Pio, os Pastorinhos de Fátima...

O porquê dos sofrimentos é um mistério. Uma coisa, porém, é certa: se Deus os permite é porque vai tirar deles um bem maior. Com sabedoria, o Senhor converte os acontecimentos amargos em um bem para aqueles que o amam (cf. Rm 8,28). Utiliza os males temporais como matéria-prima e ocasião para nos converter, amadurecer, purificar e fortalecer. Além disso, o grande mal não reside nos infortúnios desta vida, mas, sim, em nos afastarmos de Deus! No fim das contas, as privações e dores podem nos ajudar a repelir o pecado e a condenação eterna.

No Evangelho, Jesus converte a cegueira física de um homem em um caminho para conduzi-lo à fé. Nem tudo seriam flores: o cego é expulso da sinagoga e Cristo passa a ser mais odiado, a ponto de decidirem matá-lo. Porém, deste mal ainda maior – o assassinato do Filho de Deus – Ele nos trouxe o maior de todos os bens: a Redenção. O suplício tornou-se a salvação, a Santa Cruz.

Jesus cura duas cegueiras: a física e a espiritual. Imaginemos a alegria de um cego de nascença ao passar a enxergar, de repente, a beleza do mundo! Mais importante ainda, porém, foi ter recebido a luz da fé. O gesto que assinalou o seu novo nascimento, o momento mais feliz da vida do “cego” que conferiu luz e cores à sua existência, foi este: “Ele exclamou: ‘Eu creio, Senhor!’ E prostrou-se diante de Jesus” (Jo 9,38).

Ocidente

Mapa demográfico global revela dados surpreendentes para 2026

De acordo com projeções recentes destacadas pelo *The Visual Capitalist* e baseadas em dados da Organização das Nações Unidas (ONU), apenas 8 de cada 100 nascimentos no mundo, em 2026, ocorrerão na Europa, América do Norte e Oceania. Em números absolutos, isso se traduz em aproximadamente 4 milhões de nascimentos na América do Norte, 5 milhões na Europa e menos de 1% dos nascimentos globais na Oceania.

A esmagadora maioria dos novos membros da humanidade — 85% — nascerá na África e na Ásia. Só a Ásia deverá registrar aproximadamente 64,9 milhões de nascimentos em 2026, representando cerca de 49% de todos os nascimentos globais. A África virá em seguida, com mais de 47 milhões de nascimentos, ou 36% do total. A América Latina e o Caribe representarão 7%, com um pouco mais de 9 milhões de nascimentos.

Mesmo com a queda nas taxas de fertilidade em países como China, Japão e Coreia do Sul, o peso demográfico da Ásia permanece formidável devido à sua vasta população. A África, por sua vez, continua a apresentar altos níveis de crescimento populacional, apesar de décadas de campanhas internacionais destinadas a reduzir as taxas de fertilidade por meio da

ampla promoção de contraceptivos e do aborto.

Esses números não são meras curiosidades estatísticas. Eles sinalizam uma profunda mudança estrutural no equilíbrio global de capital humano, potencial econômico e influência cultural. No século XX, a Europa e a América do Norte moldaram as instituições, os mercados e as normas mundiais em grande parte porque possuíam vitalidade demográfica aliada à força industrial. Em 2026, essa vitalidade está claramente em outro lugar.

A mudança demográfica nunca é puramente econômica; ela também é cultural. A transformação das estruturas familiares no Ocidente desde meados do século XX — frequentemente associada à revolução sexual — remodelou os padrões de casamento, adiou a maternidade e normalizou famílias menores. Ao mesmo tempo, o aborto continua disseminado em muitos países ocidentais. O resultado é uma grande discrepância entre o número de concepções e o número de nascidos vivos.

Entretanto, a trajetória demográfica da África aponta na direção oposta. Com mais de 47 milhões de nascimentos projetados apenas para 2026, o continente está prestes a desempenhar um papel central

no século XXI. Sua população é jovem, sua idade mediana é muito inferior à da Europa e seu potencial de força de trabalho é enorme — desde que a educação, a governança e o desenvolvimento econômico acompanhem o ritmo.

Os 64,9 milhões de nascimentos na Ásia reforçam sua contínua centralidade nos assuntos globais. Mesmo com o declínio da fertilidade no Leste Asiático, o Sul e o Sudeste Asiático mantêm um considerável impulso demográfico. Isso garante que a Ásia permanecerá não apenas uma potência industrial e tecnológica, mas também o principal reservatório do crescimento populacional global.

Para o Ocidente, isso sugere, no mínimo, que a dominância econômica e a autoconfiança cultural não podem mais se basear apenas no peso demográfico. Sociedades que envelhecem rapidamente precisam reformular seus contratos sociais ou enfrentar a estagnação.

Isso levanta uma questão civilizacional: se uma cultura não se reproduz biologicamente, pode esperar perdurar institucionalmente? A modernidade alcançou um progresso material sem precedentes, contudo, suas sociedades mais avançadas são as menos propensas a gerar novas vidas. (JFF)

Fonte: Zenit News

‘Que cesse o ruído das bombas’



Vatican Media

FILIFE DOMINGUES
ESPECIAL PARA O SÃO PAULO, EM ROMA

O ataque aéreo coordenado pelos Estados Unidos e Israel no Irã, em 28 de fevereiro, resultou em uma escalada de violência nos países do Golfo e no Oriente Médio. O bombardeio inicial, que resultou na morte do líder supremo Ali Khamenei, de 86 anos, entre outros líderes políticos e militares do Irã, despertou uma onda de ofensivas recíprocas na região.

De acordo com a *Agência de Notícias dos Ativistas dos Direitos Humanos* (HRANA), sediada nos Estados Unidos, mais de 1,7 mil pessoas morreram no Irã, Líbano, Kuwait, Israel, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Bahrein e Omã.

“Do Irã e de todo o Médio Oriente continuam a chegar notícias que suscitam profunda consternação”, disse o Papa Leão XIV após a oração do *Angelus*, no domingo, 8. “Aos episódios de violência e devastação, e ao clima generalizado de ódio e medo, junta-se o receio de que o conflito se alargue e que outros países da região, entre os quais o querido Líbano, possam afundar no-

vamente na instabilidade”, acrescentou.

O Santo Padre pediu que se renovem as orações pela paz e exortou os líderes globais a voltarem à mesa do diálogo. “Elevemos a nossa humilde oração ao Senhor, para que cesse o ruído das bombas, se calem as armas e se abra um espaço de diálogo, no qual se possa ouvir a voz dos povos”, declarou. “Confio esta súplica a Maria, Rainha da Paz: Ela interceda por aqueles que sofrem por causa da guerra, acompanhando os corações por caminhos de reconciliação e esperança.”

‘GUERRAS PREVENTIVAS’ INCENDEIAM O MUNDO

Em entrevista ao vaticanista Andrea Tornieli, diretor editorial do *Vatican News*, o Cardeal Pietro Parolin afirmou, no dia 4: “É realmente preocupante o enfraquecimento do direito internacional: a força do direito foi substituída pelo direito à força”. Falando em nome da Santa Sé, o Secretário de Estado do Vaticano recordou as palavras do Papa Leão XIV, que teme a criação de um “abismo irreparável” diante das novas guerras.

“Considero que a paz e a segurança devem ser cultivadas e buscadas por meio das possibilidades oferecidas pela diplomacia, sobretudo aquela exercida em organismos multilaterais, nos quais os Estados têm a possibilidade de resolver os conflitos de forma pacífica e mais justa”, disse o Cardeal. “Se aos Estados fosse reconhecido o direito à ‘guerra preventiva’, segundo critérios próprios e sem um quadro jurídico supranacional, o mundo inteiro correria o risco de se encontrar em chamas”, enfatizou.

Dom Pietro Parolin criticou a falsa convicção de que “a paz só pode surgir depois que o inimigo for aniquilado”. Ele comentou ainda que “perdeu-se a consciência de que o bem comum beneficia realmente a todos, ou seja, que o bem do outro também é um bem para mim, e que, portanto, a justiça, a prosperidade e a segurança se realizam na medida em que todos podem delas se beneficiar.” E completou: “Espero que o barulho das armas cesse em breve e que se retorne às negociações.”

INTENÇÃO DO PAPA NO MÊS DE MARÇO: PELO DESARMAMENTO E A PAZ

Senhor da Vida,
que moldaste cada ser humano à tua imagem e semelhança,
acreditamos que nos criaste para a comunhão, não para a guerra,
para a fraternidade, não para a destruição.
Tu que saudaste os teus discípulos dizendo: “A paz esteja convosco”,
concede-nos o dom da tua paz
e a força para torná-la realidade na história.
Hoje, elevamos a nossa súplica pela paz no mundo,
rogando que as nações renunciem às armas
e escolham o caminho do diálogo e da diplomacia.
Desarma nossos corações do ódio, do rancor e da indiferença,
para que possamos ser instrumentos de reconciliação.
Ajuda-nos a compreender que a verdadeira segurança
não nasce do controle que alimenta o medo,
mas da confiança, da justiça e da solidariedade entre os povos.
Senhor, ilumine os líderes das nações
para que tenham a coragem de abandonar projetos de morte,
deter a corrida armamentista
e colocar no centro a vida dos mais vulneráveis.
Que nunca mais a ameaça nuclear condicione o futuro da humanidade.
Espírito Santo,
faça de nós construtores fiéis e criativos da paz cotidiana:
em nossos corações, em nossas famílias,
em nossas comunidades e em nossas cidades.
Que cada palavra gentil, cada gesto de reconciliação
e cada decisão de diálogo sejam sementes de um mundo novo.
Amém.

Fonte: Rede Mundial de Oração do Papa

Novo Núncio nos Estados Unidos tem experiência de promoção da paz

O Arcebispo Gabriele Giordano Caccia foi nomeado Núncio Apostólico nos Estados Unidos, tornando-se, portanto, o principal representante do Papa Leão XIV junto às autoridades civis e religiosas do país. O anúncio, muito esperado diante do cenário político e militar atual, foi feito no sábado, 7.

Os núncios são os principais responsáveis por conduzir as iniciativas diplomáticas da Santa Sé, além de mediar a nomeação de novos bispos e,

conforme a necessidade, serem interlocutores do episcopado local junto ao Sumo Pontífice.

Dom Gabriele Giordano Caccia era Observador Permanente da Santa Sé junto à Organização das Nações Unidas em Nova Iorque. Ele já foi Núncio Apostólico no Líbano e assessor para Assuntos Gerais da Secretaria de Estado. Agora, sucederá ao Cardeal Christophe Pierre, que completou 80 anos em 30 de janeiro e, portanto, atingiu o limite de idade para a função. (FD)



ASSUNÇÃO
CENTRO
UNIVERSITÁRIO

Transforme o seu futuro no ASSUNÇÃO! Escolha estudar em um Centro Universitário com nota **MÁXIMA no MEC**, tradição em ensino de qualidade e compromisso com a sua formação. Aqui, você conquista sua **Graduação com 50% de desconto*** e tem acesso a cursos de **Pós-Graduação com condições e descontos especiais** e oportunidades únicas para crescer profissionalmente.

*Desconto exclusivo para ingressantes via Projeto “Vamos Sonhar Juntos”

INSCREVA-SE JÁ!

Aulas das 19h às 21h50,
on-line ao vivo às sextas

Rua Afonso Celso, 711 (Metrô Santa Cruz) - Vila Mariana
www.unifai.edu.br



WhatsApp
(11) 5087-0187